

**FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA E SAÚDE**

NATÁLIA SALES DE MATTOS

**ELABORAÇÃO DE CADERNO PARA MUDANÇA DE
COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE ESCOLARES**

São José do Rio Preto

2018

NATÁLIA SALES DE MATTOS

**ELABORAÇÃO DE CADERNO PARA MUDANÇA DE
COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE ESCOLARES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Iguimar Valerio

São José do Rio Preto

2018

Mattos, Natália Sales

Elaboração de caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares.—Natália Sales de Mattos. -- São José do Rio Preto, 2018.xii, 122f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.
Programa de Pós-graduação em Psicologia e Saúde.
Área de Concentração: Psicologia e Saúde

Título em inglês: Preparation of a notebook to change the eating behavior of school children.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Iguimar Valerio.

1. Publicidade de alimentos; 2. Comportamento alimentar; 3. Alimentação infantil; 4. Elaboração de material didático / pedagógico.

NATÁLIA SALES DE MATTOS

**ELABORAÇÃO DE CADERNO PARA MUDANÇA DE
COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE ESCOLARES**

**BANCA EXAMINADORA
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Nelson Iguimar Valerio

Instituição: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

1º Examinador: Prof. Dr. Antonio Carlos Tonelli Gusson

Instituição: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

2º Examinador: Prof. Dr. Randolpho dos Santos Júnior

Instituição: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto, 19 de outubro de 2018.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Epígrafe.....	vii
Lista de Tabelas.....	viii
Lista de Figuras.....	ix
Lista de Apêndices.....	x
Resumo.....	xi
Abstract.....	xii
Introdução.....	1
Objetivos	56
Método.....	57
Análise de Dados.....	58
Resultados e Discussão.....	61
Conclusões.....	83
Referências.....	87
Apêndices.....	103

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para todos na sociedade que desejam um melhor futuro alimentar para nossas crianças, as quais foram minha motivação principal, e em especial à Ecofam (Associação de Agroecologia Familiar).

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de todas as coisas o cuidado de Deus sobre a minha vida, durante todo este período, que me supriu em tudo, não me deixando faltar nada.

A fé não é um tiro no escuro como muitos podem pensar, mas sim uma certeza em buscar algo que você tem convicção que pode acontecer por nós, mas através de Deus, independente dos obstáculos, algo que só seus olhos espirituais enxergam. É assim que trazemos a existência coisas que se olharmos com nossa visão humana limitada seria impossível. Mas é claro que minha fé foi provada, não só em Deus mas em mim mesma, e foram várias as vezes que quis desistir. Porém nunca fui tão ajudada em toda a minha vida, todo meu orgulho caiu por terra. Então não poderia deixar de agradecer algumas das muitas pessoas que me ajudaram e tornaram esse sonho possível.

Agradeço o aluno Carlos que me ajudou a me orientar na faculdade, foi imensamente prestativo, falou do orientador Nelson, e que era um homem de palavra, apesar da agenda “sempre cheia”.

Agradeço imensamente o professor Nelson que me recebeu ainda em 2015, me falou das extintas possibilidades de ingressar já no próximo ano, porém me acompanhou até eu ingressar no programa em 2017 me fazendo evoluir a cada dia como aluna e como pessoa. Agradeço pela sua paciência, minuciosidade e serenidade, durante o processo, e ainda por ser um professor aberto ao diálogo, permitindo que eu pudesse expressar minhas idéias, me conduzindo a aprofundá-las e fundamentá-las.

Agradeço meus tios Elza Marques Ferreira e Sergio Ferreira Candido, pois nesse período vim ficar na casa deles, e, não tinha como me manter e estudar em outra cidade. Eles me receberam sem exatidão, acompanham minha luta entre choro e risos (mais choro do que risos confesso). Acreditaram em mim mais do que eu mesma, e sempre que queria desistir, as

altas conversas e o acolhimento dos mesmos me faziam e recuperar as forças. Agradeço minha prima Priscila Marques Ferreira que dividiu seu espaço comigo, abrindo mão de sua privacidade. Além disso, todos (Priscila, Tayla, João) dividiram seu espaço, seu lar, seus pais, com a prima de Araçatuba, que veio tentar a sorte em Rio Preto.

Agradeço a diretora Josiane Martins da escola América Biligue, a qual serviu de laboratório para minhas atividades, me possibilitando conhecer esse novo mundo. Agradeço ao Dr. Oscar Gardiano, o qual me ajudou a enxergar uma nova nutrição e acreditar que era possível trabalhar em algo diferente.

Agradeço ainda de todo meu coração minha família de Araçatuba, que mesmo longe, sefes presente, o meu eterno agradecimento pela ajuda, compreensão, caronas, carinho, incentivo, num período onde até dinheiro para pegar ônibus, comprar lanche e remédio tinha que “cair do céu”. Enfim pais (Regina, Paulo), irmãos (Fabiana, Luiz Henrique, Paulo Henrique), meus avós (Aparecida, Ricardo), tios (Waine, Sílvia, Andrea, Vado, Mercedes), primos (Vincius, Amanda, Priscila, Fernada), tão queridos que direta ou indiretamente participaram da minha jornada aqui.

Agradeço, membros efetivos e membros suplentes da banca de qualificação e defesa deste trabalho, Nelson Valério, Antônio Carlos Gusson, Mariana Giaretta, Randolfo dos Santos, Leda Maria, Kazuo, Claudia Eli. Especialmente Mariana, Gusson e Randolfo, pela disposição em me acompanhar, sempre me atendendo de pronto e contribuindo para o enriquecimento do trabalho. Agradeço aos Juízes que participaram da avaliação do Caderno (Gusson, Mariana, Priscila, Elaine, Ana, Silvana, Amanda, Randolfo, Denise, Thaísa, Renata, Josiane, Lilian, Bianca, Kivia), contribuindo imensamente para revisão do material. Agradeço ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado em Psicologia e Saúde da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP.

EPÍGRAFE

“... nós estamos nos tornando uma sociedade que prioriza cada vez menos ensinar as crianças a prosperarem socialmente, intelectualmente e até espiritualmente, preferindo treiná-las para o consumo”.

(Juliet Schor, 2004)

“ No entanto nossas crianças recordam-nos de que o mundo é cheio de encantamento e possibilidades...Elas nos fazem rir, nos cansam com intermináveis perguntas, e evocam sentimentos de amor indescritíveis. Nós nos dedicamos a satisfazer suas necessidades, enquanto tentamos encorajar valores saudáveis, mentalidades livres, respeito por si próprio e pelos outros, e dedicação ao bem comum”.

(The Center for New American Dream, 2016)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Aspectos relacionados ao comportamento alimentar de crianças e adolescentes.....	27
Tabela 2- Atribuições do nutricionista no DHA de acordo com a Resolução CFN nº380/2005.....	30
Tabela 3- Histórico das Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil.....	31
Tabela 4- Documentos relacionados à regulamentação da publicidade de alimentos para crianças.....	33
Tabela 5- Características de crianças e adolescentes em cada faixa etária.....	54
Tabela 6- Arquivos documentais incluídos no estudo.....	63
Tabela 7- Exemplos de títulos e categorias de semânticas das referências utilizadas na revisão sistematizada no trabalho.....	64
Tabela 8- Índice de Validade de Conteúdo (CVI), em porcentagens por grupo de juízes sobre os itens do caderno.....	77
Tabela 9- Comentários e sugestões feitas pelos juizes na avaliação técnica do caderno.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxograma dos documentos na revisão de literatura.....	62
---	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares.....	103
Apêndice 2: Questionário para validação de material didático.....	104
Apêndice 3: Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 1.....	106
Apêndice 4: Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 2.....	107
Apêndice 5: Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 3.....	108

Mattos, N. S. (2018). Elaboração de caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP. São José do Rio Preto, SP.

RESUMO

A nutrição e a alimentação se distinguem como processo biológico e como comportamento alimentar, respectivamente. Este último é significativamente influenciado por diversos fatores ainda na infância, como marketing de alimentos, convívio familiar e questões sócio-psicoculturais. Devido às crianças ainda estarem em desenvolvimento cognitivo, muitas ações de intervenção podem ser desenvolvidas, nesta fase do ciclo vital. O ambiente escolar torna-se, então, propício para esta finalidade. **Objetivos:** elaborar e avaliar um caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares. **Método:** foi realizada revisão bibliográfica entre os anos de 2004-2017, sobre a alimentação infantil. Os documentos foram analisados qualitativamente a partir da técnica de análise de conteúdo, proporcionando embasamento para elaboração do caderno. A avaliação do referido material foi realizada por 15 juízes independentes por meio de questionário, em formato de escala Likert, utilizando-se Índice de Validade de Conteúdo (CVI) igual ou superior a 75% como satisfatório. **Resultados e Discussões:** na revisão foram incluídos 109 documentos que demonstraram informações sobre a alimentação na infância, seus determinantes comportamentais, políticas e legislação de alimentos, ambiente escolar, dentre outros. Para o CVI a proporção entre os itens avaliados como satisfatórios foi de 80,56% (S-CVI/AVE) e média de 84,82% (S-CVI). Comentários e sugestões foram incorporados a revisão final do material. **Conclusão:** a elaboração do caderno se demonstrou efetiva em seu aspecto geral, uma vez que atingiu índice acima do estipulado para a satisfação de validade com destaque para aplicabilidade, conteúdo, ilustrações e motivação de uso; constituiu amplo esforço, uma vez que fundamentações de bases científicas, associadas à avaliações e experiência profissional são requeridas.

Palavras-chave: Publicidade de alimentos; Comportamento alimentar, Alimentação infantil; Elaboração de material didático / pedagógico.

Mattos, N. S. (2018). *Elaboração de caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares. (Dissertação de Mestrado)*. Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP. São José do Rio Preto, SP.

ABSTRACT

The nutrition and the feeding if distinguish as biological process and as alimentary behavior, respectively. This last one significantly is influenced by diverse factors still in infancy, as marketing of foods, familiar conviviality and sóciopsicoculturais questions. Due to the children still to be in cognitivo development, many actions of intervention can be developed, in this phase of the vital cycle. The pertaining to school environment becomes, then, propitious for this purpose. Objectives: to elaborate and to evaluate a notebook for change of alimentary behavior to school boys. Method: bibliographical revision was carried out between the years of 2004-2017, about infant feeding. The documents were analyzed qualitatively from the technique of content analysis, providing foundation for elaboration of the notebook. The evaluation of the material related was carried through by 15 independent judges by means of questionnaire, in format of Likert scale, having used itself Index of Validity of Content (CVI) equal or superior 75% as satisfactory. Results and Quarrels: in the revision were included 109 documents that demonstrated information on the feeding in infancy, his behavioral determinants, politics and legislation, pertaining to school environment, amongst others. For the CVI the proportion between the evaluated item as satisfactory was of 80,56% (S-CVI/AVE) and average of 84,82% (S-CVI). Commentaries and suggestions were incorporated the final revision of the material. Conclusion: the elaboration of the notebook if demonstrated effective in its general aspect, a time that reached index above of the stipulated one for the satisfaction of validity with prominence for applicability, content, illustrations and motivation of use; it constituted ample effort, a time that recitals of scientific bases, associates to the evaluations and professional experience are required.

Key-word: Food advertising; Alimentary behavior, infantile Feeding; Elaboration of pedagogical didactic material/.

INTRODUÇÃO

A mudança do perfil epidemiológico brasileiro demonstra diminuição da desnutrição e aumento do sobrepeso, e é reconhecida internacionalmente. O reflexo disso também aparece entre as crianças apontando a queda da desnutrição infantil e a elevação da prevalência de sobrepeso e obesidade entre as mesmas (Fogaça, Oliveira & Oliveira, 2014).

No entanto, a racionalização da ciência da nutrição lidera buscando responder às questões objetivas sobre o que deve-se comer para ter uma melhor qualidade de vida, mas enfrenta dificuldades em intervenções que precisam levar em conta aspectos comportamentais que influenciam a alimentação, atualmente. A concepção de alimento, no âmbito nutricional, tem maior destaque por meio de um expressivo número de pesquisas e programas nessas áreas (Carvalho, Luz & Prado, 2011).

A ciência da nutrição teve, nos últimos anos, um expressivo desenvolvimento, que pode ser atestado na expansão dos grupos de pesquisa, publicações de trabalhos e número de pesquisadores. Porém, embora se disponha de conhecimentos técnicos para solucionar a maior parte dos problemas de nutrição, a atuação do nutricionista em saúde pública ainda é discreta (Boog, 2008).

Em escolas, por exemplo, onde se preconiza por várias esferas a promoção da saúde dentro do contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de atividades educativas, as quais devem ser realizadas pelos nutricionistas, se evidencia principalmente os aspectos de suplementação nutricional das intervenções sendo pouco relacionada à mudança de comportamento alimentar (Brasil, 2009).

Esse quadro traz à tona a necessidade cada vez maior de se levar em consideração aspectos comportamentais da alimentação, os quais vão além dos fatores nutricionais, para intervir de forma mais eficaz nos programas relacionados à promoção de hábitos alimentares

saudáveis, porém isso ainda é muito pouco difundido. De acordo com Camozzi, Monego, Carvalho, Menezes e Silva (2015), mesmo com intenções voltadas à Promoção de Alimentação Saudável (PAS) na escola, poucas iniciativas que visam implantar ou avaliar esse propósito são desenvolvidas, verifica-se um hiato entre as disposições legais e as vivências observadas. Essa evidência permite supor que a simples instituição das políticas não promove mudanças, sendo necessário considerar o grau de sensibilização da comunidade quanto à PAS ou mesmo sua percepção sobre o tema.

A Portaria Interministerial nº1010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio, das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, considera desafio incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase alimentação e na promoção da saúde. Mas reconhece a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania (Brasil, 2006a).

De acordo com documento elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a Estratégia Mundial da Saúde é possível influenciar nos comportamentos desde as escolas, trabalho e instituições docentes e religiosas, não somente pelas organizações não governamentais, mas também pela comunidade e meios de comunicação. A educação nutricional e atividade física, e a adequação de conhecimentos básicos sobre os meios de comunicação desde a escola primária, são importantes para promover hábitos alimentares saudáveis e evitar o consumo e poder de persuasão da mídia de alimentos (Ministério da Saúde, 2004).

“Por ter a missão de educar, a escola pode ser considerado um espaço privilegiado para a promoção da saúde. A Escola Promotora da Saúde é aquela que provém qualidade de vida no espaço escolar estimulando a opção por um estilo de vida saudável, como por exemplo, a alimentação. Dentro de um contexto de aumento da obesidade e do consumo de alimentos industrializados é fundamental que a criança encontre, para consumo na escola, alimentos saudáveis de forma a estimular o

processo de alimentação como aprendizagem e valorização da dimensão pedagógica” (Ministério da Saúde, 2007, p.47).

Entretanto, na formação dos hábitos as intenções são constituídas por meio das experiências das ações ao longo do tempo, e a partir de determinado ponto, essas intenções são recuperadas automaticamente com o mínimo de esforço cognitivo. O comportamento passado é um significativo preditor do comportamento futuro, independentemente das normas subjetivas, das intenções, das atitudes e do controle percebido.

Nesse contexto, destaca-se a teoria do comportamento planejado que possibilita entender o controle percebido sobre o mesmo, sendo necessário intervir nesse aspecto, e trazer à consciência dos indivíduos a necessidade de modificá-lo. Resultados positivos dessas mudanças dependem do nível de controle que o indivíduo possui em relação aos fatores internos e externos que podem influenciar a execução de um comportamento desejado. (Moura, Veiga, Cunha & Moura, 2012).

Portanto, as propostas de trabalhos com foco na mudança de comportamento e seus determinantes ainda na infância poderiam torná-las mais satisfatórias principalmente de forma sistêmica e intregarda com escola, criança e família, explorando-se nessas ações, os diversos aspectos que influenciam na alimentação, para que os comportamentos futuros sejam estimulados positivamente.

Diferença entre a Alimentação e a Nutrição.

Para entender melhor a dicotomia desses conceitos, ao mesmo tempo tão interligados, é preciso definir o que é alimentação bem como os aspectos envolvidos com a mesma, e o que é nutrição.

A alimentação é um ato voluntário consciente, que depende totalmente da vontade do indivíduo, é o homem quem escolhe o alimento para seu consumo. Está relacionada com as

práticas alimentares, que envolvam opções e decisões como quantidade, tipo de alimentos consumidos, quais considerados comestíveis ou aceitáveis para o padrão de consumo, a forma como são adquiridos, conservados e preparados, além de horários, local e com quem são realizadas as refeições (Ministério da Educação, 2007). Camozzi et al. (2015), considera que o ato de alimentar-se não é meramente biológico, mas repleto de significados socialmente construídos, e que as escolhas são determinadas pela percepção dos indivíduos sobre a realidade.

A alimentação na abordagem nutricional difere-se da abordagem cultural e reforça o argumento que comer não é apenas uma mera atividade biológica. A comida e o comer são acima de tudo, fenômenos sociais e culturais e a nutrição, um assunto fisiológico e de saúde (Braga, 2004).

Segundo um estudo realizado por Rocha (2010), a comida é um elemento chave para se pensar na questão da identidade das pessoas, pois o ato de comer envolve fatores, econômicos, políticos e sociais, éticos, religiosos, ambientais e estéticos. Pode ser vista como um importante meio para se comunicar valores, sentidos e identidades. É um ato simbólico que não está restrito à necessidade de suprir nutrientes.

Já a nutrição é um ato involuntário, uma etapa sobre qual o indivíduo não tem controle. Começa quando o alimento é levado à boca, e a partir desse momento o sistema digestório entra em ação, ou seja, a boca, o estômago, o intestino e outros órgãos desse sistema começam a trabalhar em processos que vão desde a trituração dos alimentos até a absorção dos nutrientes, que são os componentes dos alimentos consumidos e importantes para a saúde (Ministério da Educação, 2007).

Para Souza (2012, p.3), “a fome biológica distingue-se dos apetites, expressões dos variáveis desejos humanos e cuja satisfação não obedece apenas ao curto trajeto que vai do prato a boca, mas se materializa em hábitos, costumes, rituais, etiquetas”.

Portanto, no campo das Ciências Naturais, o valor do alimento está hegemonicamente relacionado à sua composição química, qualidade sanitária, inocuidade, tecnologias de produção, distribuição e possibilidades terapêuticas, por outro lado, no campo das Ciências Sociais, a comida ocupa um lugar de expressão da estrutura social de um grupo, de uma organização (Carvalho et al., 2011).

A antropologia, dentre as ciências sociais, desde seu início tem se proposto a entender a difícil e complexa vinculação entre o natural e o cultural. O natural refere-se a tudo que já é dado pela natureza, inerente à espécie humana e dotado de caráter universal. Um, dentre vários exemplos de necessidades naturais é a fome, que deve ser saciada com a ingestão de alimentos. Se a fome situa-se na esfera do natural e universal, as práticas alimentares, também universais, não são naturais, mas situam-se no campo da cultura (Romanelli, 2006). A natureza produz os alimentos, mas a cultura faz surgir códigos importantes, como por exemplo, as diferentes opções de cardápios, as receitas, os hábitos, que por sua vez se relacionam ao paladar, ao prazer associado às propriedades organolépticas dos alimentos e, sobretudo, à degustação (Lima, Neto & Farias, 2015).

Estudo de Alves, Amaral, Santos, Paiva, Magalhães e Santos (2011), que objetiva interpretar como os indivíduos das camadas populares sentem, agem e experimentam as suas relações com o corpo, o comer e com a comida no seu cotidiano relata que não é de hoje que as ciências sociais adentram no campo biomédico a fim de trazer outro olhar para essa conotação, embora isso ainda seja visto mais enfaticamente de modo recente. No entanto,

torna-se dificultoso promover a alimentação saudável sem interpretar os sujeitos envolvidos no processo.

A interrelação entre as ciências humanas e as naturais, aproxima saberes e ilumina a prática dos profissionais de saúde. Destaque-se, os de nutrição, para que possam compreender a diversidade cultural alimentar, as representações sociais da dieta, tradição e o novo na alimentação, em distintos grupos sociais. Para isso é preciso buscar o entendimento de novos conteúdos que se associam às questões concretas da realidade social, sem omitir valores impostos por uma modernidade frente a organização social. Uma proposta humanizadora da nutrição é a compreensão do nutricionista quanto ao significado da alimentação para o comensal, a interpretação do sujeito sobre sua dieta, seu corpo em seu mundo (Freitas et al., 2008).

De acordo com Carvalho et al. (2011), a integração disciplinar que se almeja na prática acadêmica ainda não é realidade, por exemplo, nos cursos de Nutrição no Brasil, e embora haja disciplinas das Ciências Sociais aplicadas nesta graduação no currículo básico, sua correlação com a formação desses profissionais é vaga. No entanto, as regras de um campo como o da “Alimentação”, longe de serem estáticas, se constituem com um “processo” dinâmico de construção e reconstrução, e apresentam tanto transformações como continuidades em suas etapas, seja a da produção, do consumo ou do trabalho do homem na sociedade contemporânea. Aproximar as áreas das Ciências Sociais e da Saúde é uma forma de compartilhar conhecimento e unir forças e interesses.

Essa necessidade vem sendo constada à luz da ineficiência da ciência, isolada da Nutrição dentro do atual contexto da globalização e do aumento constante da obesidade. O modelo científico positivista que domina o modo de fazer ciência em diversos campos e

influenciaio senso comum mostra-se incapaz de explicar de modo suficiente os hábitos e comportamentos patológicos (Romanelli, 2006; Silva, Prado & Seixas, 2016).

Enfim, a nutrição difere-se da alimentação como prática mas estão diretamente correlacionadas como ciências, uma depende da abordagem da outra. Não se é possível tratar somente a saúde sem tratar a subjetividade do ser. A visão holística da nutrição é necessária, tanto em nível individual como em coletividades, sendo que os vários aspectos relacionados a alimentação devem ser levadas em consideração para que uma abordagem de intervenção seja melhor direcionada. Nesse cenário, emergem movimentos no interior da Nutrição, e da Saúde em geral, que a aproximam das Ciências Sociais, seguindo uma tendência estratégica, em direção à construção de cooperação entre distintos saberes (Romanelli, 2006; Azevedo, 2017).

Comportamento Alimentar

De acordo com Silva et al. (2016), pode-se considerar que, nos estudos relacionados ao campo da Alimentação e Nutrição, os termos “comportamentos alimentares” e “hábitos alimentares” são extraídos de seu uso no senso comum. Para Minayo, citado por Silva et al. (2016), seriam portanto, categorias empíricas que expressam uma realidade, diferentemente das categorias analíticas, que se relacionam com conceitos e teorias estabelecidas.

A aquisição e a seleção dos alimentos, a organização da unidade doméstica, a divisão sexual do trabalho, controle e prática do consumo alimentar, refeições e composição de cardápios expressam valores e crenças que cercam o comer. Os hábitos alimentares dependem,tanto do acesso ao alimento: produção e consumo em função da posição que indivíduos e grupos ocupam no processo produtivo, como dos contextos culturais precisamente por ser a alimentação um fenômeno sociobiocultural. Por isso os hábitos

alimentares têm conteúdos simbólicos e cognitivos, relativos à percepção do organismo humano e das relações entre as sensações e as substâncias ingeridas (Santos, 2008).

Para Alves et al. (2011), como prática alimentar o hábito é uma ordenação adquirida através da experiência do sujeito em seu mundo social desde a infância e em um dado local, o hábito alimentar se inscreve como código simbólico no cotidiano e enquanto inscrição da cultura este revela identidade e valores de referências do cotidiano próprios da estrutura social. O indivíduo, quer queira ou não, está totalmente envolto em vários aspectos que conferem a formação de sua identidade alimentar, seja ligada a tradição cultural ou a modificações comportamentais da atualidade, e nessa dicotomia emerge o sistema alimentar que tenta dar sentido aquilo que o sujeito ingere.

Montanari (2008), citado por Rocha (2010), sustenta que em todas as sociedades o modo de comer é regido por convenções semelhantes às aquelas que dão sentido e estabilidade às linguagens verbais. O conjunto dessas convenções determinaria uma gramática, o que, portanto, configuraria o sistema alimentar “[...] não como uma simples soma de produtos e comidas, reunidos de modo mais ou menos causal, mas como uma estrutura na qual cada elemento define o seu significado. O autor ainda afirma que a globalização vem alterando profundamente os padrões alimentares, a intensificação das trocas culturais, e reconfigurando os repertórios alimentares e também o seu consumo.

Portanto, essa drástica mudança do comportamento alimentar, carregado de significados, nos últimos tempos, está condicionado a um processo evolutivo ao longo da história das sociedades, no qual as últimas décadas em especial representam o pico dessa transformação de comportamentos que refletiram em nossa alimentação.

Leonardo (2009), traduziu essa evolução em três estágios: 1) As sociedades primitivas sobreviviam da caça, pesca e colheita natural, sem esforços para produzir, representando um

nível de subsistência dependente da natureza, capaz de sustentar somente pequenas sociedades; 2) Início da agricultura pela produção dos próprios alimentos, cultivar as sementes e pastorear rebanhos, que garantissem alimentação durante todo o ano, o que foi um grande avanço. A agricultura e agropecuária tomaram formas bem expressivas na alimentação de uma sociedade, e esta procurava viver em regiões férteis. Neste estágio, as pessoas viviam em pequenas cidades, da produção de suas próprias terras. A troca e venda local destes bens em sua localidade proporcionavam tudo de que precisavam; 3) O terceiro estágio é o da Revolução Industrial, em que há a maior concentração de pessoas nos centros urbanos, ocorrendo assim, a necessidade de produção em grandes escalas de alimentos e inserção da produção industrial. Esta revolução tem acontecido de forma mais intensa nos últimos 200 anos. A explosão demográfica implica numa nova era na produção e consumo de alimentos.

Passou-se a desempenhar funções com esforço físico cada vez menor, maior desgaste intelectual, comer cada vez mais alimentos “práticos”, cozinhar cada vez menos, passar menos tempo em família e trabalhar mais para adquirir itens que antes não fazia parte das necessidades. O comportamento humano atual se expressa portanto, de forma estreita com o modo como nos alimentamos. A família mudou drasticamente nas últimas décadas em todos os sentidos, a mulher passou a ter uma maior participação na renda familiar trabalhando fora de casa, e os filhos passaram a ser cuidados em creches e escolas de tempo integral, quando não por empregadas domésticas. Este novo perfil familiar foi tão logo percebido e explorado pelas indústrias alimentícias. A comodidade e a praticidade na aquisição e preparo de refeições rápidas foram os principais argumentos utilizados pelas indústrias para seduzir os responsáveis pela aquisição dos alimentos e mudar hábitos de consumo (Quaiote & Almeida, 2006).

Nascimento (2007) relata que:

“Mudanças advindas da urbanização crescente e progresso tecnológico transformaram os costumes. A maioria das mulheres substituiu a profissão de dona-de-casa por empregos fora do lar, gerando alterações no almoço em família. O bate papo em restaurantes se multiplicam. Os casais não mais trocam visitas. Jantam fora. Come-se em pé e com pressa. Mas a comida continua presente e até sendo motivação principal de muitos encontros (p.54)”.

Faz parte da cultura humana comer junto, e esse convívio acaba por dar sentido aos gestos ligados ao comer, atribuindo valor comunicativo. A comida passa a ser um meio de comunicação (disponível em função dos recursos territoriais, econômicos e culturais), de morfologia (que transforma ingredientes em preparações, de sintaxe e a retórica-refeição/comida), remetidas ao comensal sob forma de preparo, serviço e consumo (Pellerano, 2013).

O afeto pode ser visto nos encontros familiares, todos se sentam a mesa para comer, beber e celebrar o momento que estão juntos, este processo é chamado de comensalidade (Ministério da Educação, 2007). Sendo que em cada simples refeição é possível perceber de acordo com uma análise mais profunda a presença de cada uma dessas influências aprendidas, retidas, interiorizadas, e conseqüentemente expressadas no decorrer na vida.

A culinária ou “cozinha” é expressão da vida social, um modo de se reunir, um modo de dividir a comida, um modo de dividir os trabalhos e assim por diante, que segue regras instituídas na sociedade. Os princípios de condimentação, por exemplo, com seu uso e sabor, identificam um prato como próprio de uma cultura. Porém, o universo da alimentação “é um campo” que sofre pressões do âmbito econômico e político e, assim, está sujeito a imposições comerciais por meio da mídia e de determinações do Estado, entre outros (Carvalho, 2011).

A família moderna, no entanto, reflete essas modificações, demonstrando a necessidade de se resgatar certos valores e práticas relacionados a alimentação, pois o modo como a sociedade tem caminhado em relação aos hábitos alimentares, atesta o fracasso e insustentabilidade nesse sentido. Esse estilo de vida atual, afeta diretamente os hábitos

alimentares das crianças, sendo que os pais não têm mais tempo de sentar a mesa com seus filhos, não lhes dando a atenção que necessitam, muitas vezes dizem estar ocupados trabalhando para lhes dar algo melhor e até mesmo compram presentes para recompensar a ausência, porém os impactos disso na formação dos hábitos alimentares vem se acentuando cada vês mais em nossas crianças (Pimentel, 2005).

Outro aspecto interligado ao comportamento alimentar diz respeito a relação saúde e doença, ou seja, a percepção intrínseca da sociedade adquirida ao longo dos tempos por influências externas que conferem o sentido que o indivíduo dá ao alimento bem como sua finalidade. De acordo com Souza (2012), em praticamente todas as culturas, os alimentos sempre foram relacionados com a saúde. Não apenas porque a sua abundância ou escassez colocam em questão a sobrevivência humana, mas também porque o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização sempre influenciaram a atitude diante da comida, considerando a sua adequação à certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes.

No entanto, para Romanelli (2006), essa conotação seria inversa visto os sentidos subjetivos da alimentação que muitas vezes se sobrepõem aos sentidos nutricionais e fisiológicos. O autor cita como exemplos do modo de relacionamento com a comida, os casos de anorexia, bulimia, obesidade, para explicitar que a relação com a comida nunca é direta, ou melhor, nunca é determinada em função da qualidade dos alimentos e de sua função para a saúde, revelando que não basta ter conhecimento acerca das propriedades dos alimentos, mas que a relação com eles não é dada pelas necessidades do organismo, ou pela racionalidade do conhecimento médico-científico, e sim mediada por um complexo sistema simbólico que organiza escolhas alimentares.

Santos (2008), citado por Peratello (2011), em seu estudo procurou verificar na fala dos entrevistados, as continuidades e mudanças nas práticas alimentares para compreender as influências da própria modernização da cidade e as mudanças nas mentalidades dos indivíduos, elegendo algumas questões fundamentais: a noção da ação reflexiva sobre a comida, aliada ao excesso de informações que cercam o universo do comer, o processo de reaprendizagem sobre a comida, o controle dos desejos, e a reestruturação do gosto, pautada muitas vezes pelas preocupações estéticas e dietéticas. O impacto destas situações para a redefinição das sensibilidades gustativas contribui para a disseminação de novos significados simbólicos do alimento e para a relação entre os indivíduos e o comer.

Sendo assim, as escolhas alimentares não se fazem apenas com os alimentos mais nutritivos, ou somente com os mais acessíveis e intensivamente ofertados pela produção. Apesar das pressões da mídia, por exemplo, como um dos mecanismos que interferem nas decisões dos consumidores, a cultura, em um sentido mais amplo, molda a seleção alimentar, impondo as normas que prescrevem, proíbem ou permitem o que comer. A comida é sempre um ato com significados, fundamental ao senso de identidade (Souza, 2012).

Comportamento Alimentar na Infância e na Adolescência

. Do processo de formação de hábitos alimentares

Segundo Tosatti et al. (2017), as práticas alimentares na infância encontram-se fortemente condicionadas pelo ambiente familiar, especialmente por se tratar do primeiro espaço de socialização, no qual os comportamentos alimentares são aprendidos e incorporados, a realização de refeições familiares tem sido reconhecida pela promoção de comportamentos alimentares saudáveis. Porém, apesar dos benefícios descritos pela literatura

internacional, a menor prevalência das refeições em família nos domicílios com crianças também é documentada com frequência.

Dada a crescente prevalência da obesidade em todas as faixas etárias e a importância das perturbações alimentares, especialmente em crianças e adolescentes, o conhecimento do processo de aquisição destes hábitos constitui um atributo importante para a compreensão destas alterações e para a definição de estratégias de intervenção (Viana, Santos & Guimarães, 2008).

A alimentação no primeiro ano de vida é importante para formação dos hábitos alimentares da criança. Nos primeiros seis meses, se preconiza exclusivamente o leite materno, retardando o máximo possível o consumo de novos alimentos (Ministério da Educação, 2007).

Para Romanelli, (2006):

“A maior parte dos hábitos alimentares se forma ainda na infância e se consolida na adolescência. O caráter social da alimentação está presente desde o nascimento: o leite materno é o primeiro alimento oferecido ao ser humano e sua ingestão envolve o contato com o corpo da mãe, mediado pelo seio. Por isso desde o início da vida humana a alimentação está associada tanto ao afeto e proteção quanto seu preparo está indelevelmente ligado ao universo feminino”(p. 336).

Segundo o Ministério da Saúde (2009), a partir dos seis meses de idade a alimentação tem a função de complementar a energia e micronutrientes necessários para o crescimento saudável e pleno desenvolvimento da criança. As situações mais comuns relacionadas à alimentação complementar inadequada são anemia, excesso de peso e desnutrição, na primeira infância. Além disso, conforme as crianças começam a se alimentar juntamente com seus pais aspectos afetivos vão sendo atribuídos aos alimentos.

Num estudo realizado por Melo, Cruz, Brito e Pinho (2017), o excesso de peso na infância se manifestou estatisticamente relacionado ao comportamento dos pais durante as

refeições, no que diz respeito aos domínios "modelo de consumo de guloseimas" e "refeições especiais". As crianças se acostumam com os hábitos alimentares da família, e em situações onde a alimentação não é variada, elas poderão preferir alimentos como doces, bolachas, guloseimas e refrigerantes, pois esses são considerados mais saborosos. Para os pais, muitas vezes oferecer esses alimentos para os filhos significa afeto, porém é importante lembrar que o consumo excessivo pode causar danos à saúde, como obesidade, diabetes e pressão alta (Ministério da Educação, 2007).

Obviamente que a indústria conhece essa preferência, o que influencia a composição dos alimentos ofertados pela empresas do setor, nas grande redes de supermercados por exemplo esses alimento ficam dispostos ao nível dos olhos das crianças para que possam reconhecer as marcas e alcançar facilmente esses produtos. Investem em propagandas, mas omitem dados e não transmitem as consequências da ingestão excessiva ou falta de nutrientes, o que é preocupante, pois sabe-se que esses anúncios influenciam diretamente no padrões de compra da família (Quaiote & Almeida, 2006).

No entanto, Pimentel (2005), concluiu em seu trabalho que a família não deve se deixar pressionar pelas facilidades propostas pela indústria que oferece uma quantidade e variedade de comidas prontas, que não exigem esforços na preparação e deglutição causando desconhecimento dos ingredientes utilizados, além de alterar as características sensoriais e olfativas, dificultando a identificação destes nos pratos.

A interação familiar e os hábitos da mesma, nesse contexto, tem papel fundamental, se a família come regularmente em redes de fast food, não fazem suas refeições juntos e nem possuem hábitos de comer alimentos saudáveis, além de estarem pouco informados sobre a verdade envolta nos alimentos industrializados, provavelmente a formação de hábitos alimentares das crianças será influenciada de forma negativa. Estudo que relaciona o hábito

de comer em fast foods e ingerir poucos alimentos in natura, com a obesidade infantil demonstrou correlação positiva entre estas variáveis (Gomes, Costa, Vieira, Matos, Vieira, 2017). Um trabalho de revisão em nível internacional, que relacionou o impacto que o hábito de fazer refeições juntos teria para o estado nutricional e qualidade da alimentação em crianças e adolescentes, mostrou-se totalmente positivo para esse desfecho (Tosatti et al., 2017).

O sucesso da alimentação complementar depende de muita paciência, afeto e suporte por seus responsáveis, sendo que toda a família deve ser estimulada a contribuir positivamente nessa fase, na qual a criança está aprendendo a comer. Essa interação, independente de qualquer situação adversa deve proporcionar que a criança se sinta amada e evitar o surgimento de transtornos psíquicos e distúrbios nutricionais (Ministério da Saúde, 2009).

Além disso, afalta de entendimento de que o paladar é desenvolvido e a aceitação pelos alimentos é aprendida, faz com que muitos pais desistam de servir o que não é aceito pela criança e concluam que elas não gostam da comida, perdendo a oportunidade de ampliar a variedade alimentar. Outro aspecto importante diz respeito ao fato da criança não querer comer, pois estão descobrindo o mundo à sua volta, sendo que outras coisas lhe parecem mais importantes, e ainda, conforme sua independência, pode expressar suas vontades pela alimentação ou até mesmo como forma de chamar a atenção dos pais, às vezes por carência afetiva.

Se por um lado o excesso de alimentos não é adequado, a baixa ingestão alimentar também pode parecer complexa, pois muitas crianças passam por essa fase de desinteresse pelos alimentos, ou de diminuição da fome. Várias vezes as mães utilizam remédios para abrir o apetite, possuem a conotação de que criança “gordinha” que é saudável. No entanto,

pesquisas ressaltam que isso pode funcionar em termos de quantidade mas não em termos de qualidade, e ainda, que a recusa da criança quanto ao comer e a seletividade alimentar representam um desafio ao poder materno de garantir a alimentação e educar ao comer (Ramos & Coelho, 2017).

Além disso, estudo de Quaiote e Almeida (2006), menciona que “as crianças crescem e, cada vez mais, tornam se independentes até chegar a adolescência, onde sentem-se capazes de tomar suas próprias decisões a respeito dos mais variados assuntos, inclusive o seu padrão alimentar” (p. 201).

Contudo, o estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis deve ser estimulado precocemente na vida do indivíduo, pois podem mudar substancialmente durante o crescimento, mas o registro e a importância do primeiro aprendizado e algumas formas sociais aprendidas permanecem ao longo do ciclo vital (Madruga, Araujo, Bertoldi & Neutzling, 2012).

Na adolescência, de acordo com Petty, Figueiredo, Koritar, Deram, e Pascoal (2015), observa-se uma mudança significativa no modo de se alimentar, pois passam a ter uma maior autonomia para escolher o que, quando e como vão comer, diferente da infância onde a alimentação segue a base estruturada pela família. No entanto, o tipo de relação do adolescente com o alimento, ou seja, como ele pensa, sente e se comporta é essencial para o desenvolvimento de uma alimentação saudável. Essa relação, embora contruída desde a infância, na adolescência ainda é possível intervir, estabelecendo responsabilidades e contribuindo para que eles façam escolhas saudáveis, além de dialogar sobre dietas da moda e padrões estabelecidos pela sociedade sobre beleza, emagrecimento e obesidade, nas redes sociais.

Estudo apresentado por Cardoso, Santos, Nunes e Loureiro (2015), contribui para a compreensão da forma como as escolhas alimentares de adolescentes se relacionam com tais hábitos na família. Os dados demonstram que os adolescentes com hábitos alimentares adequados referem práticas mais saudáveis, partindo do ambiente familiar, onde os pais assumem influência direta e interventiva que aprecia e cultiva uma alimentação adequada, com preocupação pela saúde, mas sem pressão conflituosa. Na perspectiva dos adolescentes, os referidos hábitos enraízam-se ao longo do tempo e as opções dos pais têm repercussões claras nas opções em contexto familiar. Em contraste, os relatos dos adolescentes com hábitos alimentares inadequados, verifica-se uma prática familiar de seleção alimentar e modos de confecção pouco saudáveis. Nesses adolescentes, a influência ativa da família, é mais ténue, não encorajando os hábitos saudáveis.

Muitas são as percepções obtidas pelas influências externas nessa fase. A relação de prazer com o alimento dificulta a ideia de se associar a dieta a algo ruim, restritivo ou não prazeroso. Na adolescência, se integra a lógica do que é gostoso deveria fazer bem para o corpo de forma intrínseca, e mesmo quando na obesidade, o incomodo se dá devido ao estigma social e não a preocupação com a saúde, o que se relaciona com os valores por eles atribuídos à doença e à dieta. Tais características pressupõem que deve-se ter um olhar mais holístico e humanístico da nutrição relacionado ao comportamento alimentar e aos fatores a ele associados (Freitas et al., 2008).

. Das estratégias de marketing de alimentos para crianças

Dentre todas as técnicas de marketing, as propagandas de alimentos na televisão são aquelas que têm recebido maior atenção dos pesquisadores, na atualidade.

“Considerando que grande parte da população tem baixo poder aquisitivo e acesso a uma educação de pouca qualidade, a situação socioeconômica brasileira é ainda um entrave para um maior consumo de diferentes tipos de mídia por grande parte das

crianças do país. Até por isso, a predominância do consumo de televisão entre todas as outras mídias” (Henriques, 2010, p.73).

Várias pesquisas comprovam a relação negativa entre a propaganda de alimentos e o comportamento alimentar de crianças (Moura, 2010; Mattos, Nascimento, Almeida & Costa 2010; Henriques; 2010, Ueda, Porto & Vasconcelos, 2014; Instituto Alana, 2016).

Segundo Gallo (2011), a televisão influencia não só pela produção e edição de propagandas de alimentos estruturadas por agências publicitárias, mas também por interferir de forma indireta no valor atribuído aos mesmos pelos responsáveis das crianças, os quais participam do processo de educação e formação dos hábitos alimentares destas, incentivando o consumo desses alimentos ao não levantar críticas a mídia, com conseqüente contribuição para o enfraquecimento da cultura alimentar local.

Estudo realizado por Fogaça et al. (2014), com análise da propaganda de alimentos e a influência na obesidade infantil, faz menção a vários fatores relacionados como, exposição diária à televisão, sedentarismo, propaganda de alimentos abusiva, baixo consumo de frutas e verduras, aumento da ingestão de alimentos industrializados e omissão pelas indústrias de informações nutricionais que possam trazer riscos à saúde das crianças.

Estudo realizado por Medeiros, Nascimento e Kuntz (2012), observou maior consumo de alimentos não saudáveis, bem como maior tempo de exposição à televisão pelas crianças da rede pública comparadas às crianças da rede privada, o que pode significar uma influência negativa sobre os hábitos alimentares daquelas crianças.

Pesquisa realizada por Medeiros et al. (2012), com alunos da rede pública e rede particular, onde foi avaliado consumo de frutas, tempo de exposição à televisão e disponibilidade de dinheiro para comprar lanches, foi demonstrado que os alunos da escola pública apesar de consumirem mais frutas, gastavam seu dinheiro com doces, biscoitos etce passavam mais tempo na televisão. Tal hábito alimentar pode estar relacionado com a

exposição às propagandas de guloseimas, já o fato de comerem mais frutas e legumes se deve à presença do Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outra estratégia utilizada pela mídia de alimentos é ter como alvo de suas propagandas as mães, pois envolve o fator emocional em querer dar o melhor para os mesmos - o melhor alimento, a melhor marca, o mais completo, o mais gostoso. A escolha pelo alimento demonstra relação de carinho da mãe, o que a leva a oferecer o que há de 'melhor' das gôndolas de supermercado para o filho (Henriques, Sally, Burlandy & Beiler, 2012).

A publicidade de alimentos ainda utiliza outras estratégias para propagandas de seus produtos, além da televisão, o que pode se chamar de peças publicitárias, com o objetivo de fortalecer a marca e conquistar consumidores. Estudo realizado por Marins, Araujo e Jacob (2011), sobre as peças publicitárias, destacou algumas dessas, como: a) marcas de emissor (usar o 0800 da marca para ganhar confiabilidade, alertas sobre a saúde para relacionar a marca à qualidade de vida, patrocínios de atividades esportivas como tendo responsabilidade social e sites); b) marcas de destinatário (por exemplo: público feminino preocupado com a boa forma); c) marcas de linguagem (forte uso de adjetividade como metáforas, termos em outro idioma, sofisticação etc); d) marcas de mensagem (imagens que expressam felicidade, vitalidade, uso de personalidades da mídia, convites para experimentar outros produtos da marca, benefícios à saúde física e mental, produtos diet e light, às vezes atribuídos de forma inadequada, indução para substituição de refeição, informações nutricionais e advertências inexistentes ou sem destaque).

Além disso, a internet dentro da nova era digital também tem obtido muita atenção das crianças e adolescentes. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), lançou um documento sobre a saúde do adolescente na era digital, trazendo orientações a pediatras, pais, educadores e até mesmo aos próprios adolescentes sobre as consequências da exposição aos conteúdos da

internet e necessidade de um olhar crítico sobre isso. Dentre essas recomendações destaca-se a de que os pais devem conversar com seus filhos sobre a Internet etambém sobre as redes sociais e quais os sites que são mais apropriados, de acordo com o desenvolvimento e a maturidade de cada um... (SBP, 2016). Enfim, atribuí-se ao marketing de alimentos os mesmos cuidados visto que estes conteúdos estão presentes também na internet, muitas vezes de forma velada.

“a internet começa a ganhar espaço entre as crianças, mesmo que, nas classes menos favorecidas, esse consumo seja realizado em locais de acesso pago e não nas residências:[...]. A subjetividade infantil está sendo construída e formada também com base nas diferentes mídias disponíveis a esse público [...]” (Henriques, 2010, p. 73).

Na maior parte dos casos, os comerciais são de alimentos ricos em açúcar, gordura e sal, e dirigidos para crianças e adolescentes que utilizam diversas formas para alcançar as mesmas, principalmente pela televisão (Moura, 2010; Prodanov & Cimadon, 2016).

Moura (2010), ainda cita uma análise da televisão brasileira, onde 44% das propagandas de alimentos voltadas ao público infantil eram de produtos ricos em açúcar e gordura e que somente uma ou duas veiculações de 10 a 30 segundos para crianças de dois a seis anos eram capazes de influenciar a preferência por determinados itens. Nesta mesma linha de raciocínio, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) destaca que 72 % das propagandas de alimentos estimulam o consumo de produtos ricos em açúcar, sal e gordura, no entanto, deixam de lado essas informações (ANVISA, 2011).

Além dos componentes já existentes, substâncias são adicionadas ao alimento para lhe dar maior tempo de prateleira e também melhorar as características organolépticas (cor, aroma, sabor, textura) como corantes, aromatizantes, estabilizantes, emulsificantes. Isso devido a um avanço considerável na biotecnologia de alimentos com o aparecimento de micronutrientes sintéticos e substitutos de produtos alimentares, bem como equipamentos que

melhoram o processo de cocção desses alimentos, tornando-os mais palatáveis (Veloso & Freitas, 2008).

Sendo assim, a maioria dos consumidores nem ao menos sabe ao certo o que está ingerindo, e quais são os prejuízos à saúde no caso do excesso desses alimentos, já que eles são atrativos, acessíveis e práticos. E, ainda contam com um investimento financeiro poderoso das indústrias para elevar a marca de seus produtos. Segundo estimativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o faturamento da indústria deste setor, em 2011 totalizou 383,4 bilhões, e passou para 431,6 bilhões em 2012, representando um crescimento de 12,6% (BNDES, 2016).

Dado o aumento da demanda interna e externa, devido as mudanças do padrão alimentar, o setor deve investir na ampliação da capacidade produtiva e no fortalecimento de suas marcas, principal fator de diferenciação e agregação de valor nessa indústria. De acordo com Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA), o investimento foi de R\$ 11,1 bilhões em 2012, deve continuar a seguir a ampliação do faturamento do setor, que tem crescido mais que o Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, e a previsão do investimento no período 2015-2018 totaliza R\$ 49 bilhões (ABIA, 2014).

Tais fatores fazem com que seus produtos sejam cada vez mais desejados, principalmente por crianças, as quais ainda não possuem capacidade intelectual de discernir escolhas alimentares e dependem totalmente de seus pais e de ações realizadas no ambiente escolar, regulação do marketing de alimentos, bem como intervenção do poder político e órgãos públicos para mudar essa realidade. Esses fatos ficam destacados de forma mais ampla nas: a) na Resolução nº 24 de 2010 que “Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura

saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional (ANVISA, 2010); b) nas diretrizes do relatório “Recomendações para promoção de alimentos e bebidas não alcoólicas para crianças” (ANVISA, 2011); c) no relatório “Recomendações da Consulta de Especialistas da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre a Promoção e a Publicidade de Alimentos e Bebidas Não Alcoólicas para Crianças nas Américas” (OPAS, 2012).

Verifica-se dessa forma que, todas as estratégias do marketing de alimentos sejam pela televisão, ou quaisquer outros meios de comunicação e peças publicitárias utilizadas, visam claramente o aumento do consumo de seus alimentos, por meio de propagandas veiculadas, principalmente às crianças sem cumprir na maioria das vezes, as recomendações mínimas exigidas nesse âmbito.

. Do ambiente escolar

Sabe-se que crianças e adolescentes passam boa parte do seu tempo nas escolas e, portanto, fazem parte de suas refeições nas mesmas. Sendo assim, o marketing e a oferta de alimentos devem ser monitorados de forma rigorosa visto que as crianças estão longe de seus pais e o que consomem nesse ambiente irá influenciar na formação de hábitos alimentares que podem ser adequados ou inadequados, dependendo do papel da escola nesse contexto.

Para Pimentel (2005), a entrada na escola será um dos marcos do desenvolvimento social para as crianças, principalmente entre 2 a 7 anos segundo Piaget (1976), fase em que a capacidade de abstrair se destaca e onde a criança estará formando conceitos e tornando-se aberta para aprendizagem cognitiva. Lievegoed (1994), citado por Pimentel, (2005), diz que os fatos sociais afetam a vida emocional da criança favorável e desfavoravelmente e que a escola tanto permite refinar a percepção do mundo com também deformá-la. Porém, esse

processo, quando acompanhado pelos professores e família, a constituição da subjetividade na adolescência e na fase adulta não seria tão gravemente comprometida.

Baseando-se nesses conceitos de construção de saberes e formação do intelecto das crianças é que as políticas de alimentação e regulação do marketing de alimentos para essas bem como a adequação do ambiente escolar devem ser direcionadas.

O Departamento Científico de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) reconhece que a maior parte dos hábitos alimentares se instala na infância e estes são fundamentais para uma melhor qualidade de vida não somente nesta fase do desenvolvimento, mas também na vida adulta, evitando vários tipos de doenças crônicas e distúrbios alimentares, dentre eles a obesidade. Sendo assim, membros desse departamento desenvolveram um manual orientativo sobre lanches saudáveis enfatizando a importância das escolas na educação nutricional, considerando as recomendações calóricas e nutricionais bem como a segurança alimentar na distribuição da alimentação nas escolas (SBP, 2012).

A Resolução do CD/FNDE (Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) nº 26, de 17 de junho de 2013, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No capítulo 1, artigo 2, orienta o emprego da alimentação de qualidade, compreendendo o uso de produtos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos saudáveis, contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (Ministério da Educação, 2013).

De acordo com o artigo 17 da lei nº 11.947, de 2009 – PNAE, competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, atribuições como a de promover a educação alimentar e nutricional, sanitária

e ambiental nas escolas, sob sua responsabilidade, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e responsável técnico, no caso um nutricionista (Brasil, 2009).

A proibição e/ou controle, no ambiente escolar, de alguns alimentos considerados não saudáveis pela quantidade de açúcar, sódio e gordura trans e/ou saturada pode ser uma estratégia de minimizar os efeitos negativos para comportamento alimentar. Apesar disso, o material educativo denominado “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas”, criado em 2004 pelo Ministério da Saúde, considera não saudáveis os seguintes itens: balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos, principalmente os recheados, refrigerantes, sucos artificiais ou adoçados, frituras, maionese, salgados como salsichas e presuntos/apresentados, salgadinhos de pacote e pipocas industrializadas (Amorim et al., 2012).

Uma das formas de praticar uma alimentação saudável na escola pode ser por meio da merenda escolar, a qual deve seguir um determinado padrão nutricional. Já os alimentos vendidos nas cantinas nem sempre seguem esse padrão, o que faz com que, na maioria das vezes, os alunos acabem optando por esses lanches (Mayer & Weber, 2013).

Tendo em vista a prática da comercialização de alimentos por cantinas presentes nas escolas, uma abordagem importante diz respeito à adequação das mesmas no sentido de seguir orientações e legislações específicas para essa oferta e contribuir positivamente na educação nutricional no ambiente escolar e no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, por meio da capacitação dos proprietários e/ou responsáveis por estes estabelecimentos a partir do uso de materiais educativos. O Manual das Cantinas Escolares Saudáveis, por exemplo, lançado em 2010 pelo Ministério da Saúde, consiste numa ferramenta de trabalho do governo direcionado para os donos de cantinas com intenção de promover a alimentação saudável nas escolas por meio da conscientização dos mesmos e capacitação sobre o que é alimentação

saudável, impacto do consumo de alimentos ricos em sódio, açúcar e gorduras na saúde das crianças e adolescentes, higiene dos alimentos, rotulagem nutricional, alimentos industrializados e opção de lanches saudáveis (Ministério da Saúde, 2010).

Estudo de Amorim et al. (2012) com objetivo de implantar os dez passos para uma cantina saudável por meio da capacitação dos donos de cantinas escolares, realizada em três fases: uma vez antes da capacitação; e duas vezes após o curso (seis meses e dois anos após, respectivamente), concluiu que apesar de haver melhora significativa na qualidade nutricional dos lanches ofertados após capacitação dos mesmos, são necessários a efetivação, a manutenção e o acompanhamento da cantina escolar saudável, tanto por meio de legislação específica quanto pela comunidade, para que o direito a alimentação adequada nas escolas seja cumprido.

O documento “Regulamentação da Comercialização de Alimentos em Escolas no Brasil: Experiências Estaduais e Municipais” lançado em 2007 pelo Ministério da Saúde, que identifica dispositivos legais brasileiros de regulamentação da alimentação no ambiente escolar, têm como objetivo principal apoiar gestores, educadores e profissionais de saúde no desenvolvimento de ações que favoreçam a adoção de práticas alimentares saudáveis voltadas ao ambiente escolar. Esse material pode ser considerado uma ferramenta importante para contribuir com o monitoramento dos dispositivos legais relacionados à comercialização de alimentos, tanto pela exposição de dificuldades, quanto por iniciativas que deram certo (Ministério da Saúde, 2007).

Mayer e Weber (2013), sugerem também incluir políticas públicas (além das já existentes), para o controle do excesso de peso nessas crianças, como, por exemplo, a construção de hortas e pomares de frutas e proferir palestras informativas para professores,

pais e crianças, pois a prevenção na infância é o melhor momento para obter resultados positivos para o controle da obesidade.

Dessa forma, fica claro o papel que a escola possui na formação e promoção de práticas alimentares saudáveis e que existem leis que regem a alimentação escolar as quais devem ser respeitadas e também servir com embasamento para implementação de propostas interventivas nesse ambiente.

No processo de alimentação na infância, a família, o ambiente escolar e mídia de alimentos, são as principais influências no desenvolvimento do comportamento alimentar da criança. Sendo assim, o papel que exercem dentro desse contexto tem extrema importância na formação de hábitos alimentares e consequências para a saúde. Portanto, para resultados mais satisfatórios, a análise destes fatores comportamentais é fundamental.

Para ilustrar melhor os aspectos descritos nas esferas do contexto familiar, no ambiente escolar e das estratégias de marketing, relacionados ao comportamento alimentar de crianças e adolescentes, influenciando-o de diversas formas, segue Tabela 1.

TABELA 1

Aspectos relacionados ao comportamento alimentar de crianças e adolescentes

Da formação de hábitos alimentares	Das estratégias de marketing para crianças	Do ambiente escolar
Hábitos alimentares da família.	Peças publicitárias: Associações com esporte, mensagens de saúde enganosas, apelo afetivo, informações nutricionais inadequadas.	Desenvolvimento cognitivo e processo de aprendizagem das crianças.
Interação, convívio e dinâmica familiar.	Regulação, restrições e legislação vigente não eficaz.	Cardápio oferecido (alimentos frescos e industrializados).
Aspectos afetivos, culturais psicossociais.	Marketing abusivo não respeitando as leis existentes.	Oferta de alimentos na Cantina.
Interferências distintas nas fases desde o aleitamento, infância e adolescência.	Incentivo e estímulo de alimentos não saudáveis ricos em açúcar, gordura e sódio.	Lanches enviados pela família (Industrializados e poucos saudáveis).
Exposição a TV e a internet sem o devido acompanhamento do conteúdo exposto as crianças.	Maior influencia pela mídia televisiva, com grande parte das propagandas veiculadas a crianças de alimentos não saudáveis.	Presença de publicidade, oferta ou parcerias dentro do ambiente escolar ligados a alimentos não saudáveis.
Estímulo a alimentação saudável.	Alto investimento financeiro pelas empresas com as propaganda.	Presença de ações educativas sobre alimentação no currículo escolar.
Consumo permissivo de guloseimas e substituição de refeições.	Uso de personagens, música, ídolos, linguagem, brindes infantis.	Integração dos atores envolvidos (escola-criança-família) nas ações.
Consumo regular/freqüente de industrializados e fast foods.	Desrespeito a vulnerabilidade e incredulidade e a incapacidade julgamento das crianças.	Preparação e capacitação continuada sobre alimentação dos profissionais envolvidos.
Interferência da mídia no poder de compra das famílias.	Forte poder das indústrias perante órgãos públicos dificultando a implantação de leis mais rígidas.	Metodologias utilizadas na elaboração e implantação das ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Histórico das Políticas Públicas de Alimentação e Mecanismos Regulatórios da Publicidade de Alimentos.

Para entender melhor o contexto das políticas públicas direcionadas à saúde da criança, dentro da alimentação escolar e segurança alimentar, e a criação de mecanismos regulatórios para publicidade infantil, faz-se necessário apresentar um histórico dessa evolução, que ocorreu de modo mais acentuado na última década, porém concomitante com a

transição epidemiológica. Diante desses aspectos, é relevante repensar a integração dessas políticas e mecanismos com os demais atores envolvidos no contexto alimentar da criança: família, sociedade, escola, Estado, profissionais da saúde, setores da indústria de alimentos e publicidade infantil.

No ano de 1999, o Ministério da Saúde desenvolveu a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Esta integra os esforços do Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação (Ministério da Saúde, 2012). Depois disso, baseado em uma série de acontecimentos, surgiram as demais políticas nesse âmbito de alimentação escolar e segurança alimentar, nos últimos anos.

Nesse sentido, o Estado brasileiro, ocupado com a construção de uma nova abordagem para atuar no combate à fome, à pobreza e na promoção da alimentação adequada e saudável, publicou a Lei nº 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. E o Decreto nº 7272/2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Tanto a Lei como o Decreto apresentam entre as suas bases diretivas o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição no sistema de saúde (Ministério da Saúde, 2012). Além desses documentos, a Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 2010, nesse sentido, introduziu no artigo 6º da Constituição Federal, o Direito Humano à Alimentação (DHA) (Brasil, 2010).

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Resolução FNDE nº. 32 de 10 de agosto de 2006, e a lei 11.947, de 2009, regulamentam o PNAE, estabelecendo as normas para a execução do programa e do cardápio da alimentação escolar, que deve ser elaborado por nutricionista (Ministério da Educação, 2006; Brasil, 2009).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), exprime a alimentação enquanto um direito humano básico que dever ser garantido pelo Estado, implicando na garantia de acesso

a alimentação de qualidade e quantidade suficiente de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006b).

O papel das secretarias estaduais no contexto da SAN é elaborar e executar a PNAN, visando à promoção, a proteção e a recuperação da saúde. No contexto da alimentação e nutrição faz-se necessária uma análise a respeito das diferenciações regionais. Os aspectos biológicos, culturais, sociais e econômicos são determinantes dos hábitos alimentares e, portanto, do perfil nutricional e de saúde de uma população (Ministério da Saúde, 2011).

Pode-se destacar nesse contexto a importância da atuação do nutricionista na garantia do direito à alimentação, com vistas a promoção de hábitos alimentares saudáveis e diminuição dos problemas relacionados a má nutrição, tanto desnutrição como obesidade, como estabelece as Políticas de Alimentação e Nutrição e a Resolução nº 380, de 2005 do Conselho Federal de Nutrição (CFN), conforme indicadas na Tabela 2.

TABELA 2
Atribuições do nutricionista no DHA de acordo com a Resolução CFN nº380/2005

Foco	Ação
Práticas alimentares	-Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, adequando-os aos hábitos alimentares e culturais da população atendida.
Meios de divulgação	-Contribuir na elaboração de instrumentos de informação (folder, cartilhas, artigos, debates etc.) para esclarecer a população sobre alimentação e modos de vida saudáveis.
Qualidade dos alimentos	-Participar do controle de qualidade de gêneros e alimentos ofertados à população, para a garantia de uma alimentação saudável e segura.
Ensino e pesquisa	-Orientar os futuros nutricionistas, na sua prática profissional, a defenderem o direito humano à alimentação e a utilizarem instrumentos de inclusão dos indivíduos que não têm acesso a SAN.
Educação nutricional	-Promover a educação e a orientação nutricional para a coletividade ou indivíduo em instituições públicas ou privadas, destacando a importância da manutenção da saúde e de prevenção das doenças.
Cenário epidemiológico	-Consolidar, analisar e avaliar os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), propondo soluções para a melhoria do acesso aos recursos necessários à reversão de situações de insegurança alimentar.
Legislação relacionada a SAN	-Participar de mobilizações e articular com parlamentares do seu Estado ou município para a criação e aprovação de projetos e leis relacionados à garantia do direito humano à alimentação adequada.
Abrangência populacional da SAN	-Os projetos de segurança alimentar devem possibilitar o acesso a alimentos por parte de grupos populacionais, social e nutricionalmente vulneráveis.
Atualização da SAN	-Revisar planos de ação, programas e projetos, assegurando os instrumentos necessários para que o direito humano à alimentação adequada seja protegido, respeitado e efetivado.
Fiscalização da SAN	-Criar e fortalecer mecanismos legais, administrativos e sociais em parceria com instituições governamentais e organizações da sociedade civil, contra a violação do direito humano à alimentação adequada.

Assim, a atuação do nutricionista no campo de segurança alimentar engloba uma infinidade de ações relacionadas à promoção de práticas alimentares saudáveis, são leis, resoluções, programas, organizações, conselhos etc., que descrevem essas ações, inclusive no âmbito da alimentação escolar.

No entanto, para Flores (2017) o enfrentamento da obesidade infantil, por exemplo, ultrapassa o âmbito das áreas da saúde e nutrição, e carece de políticas públicas que incluam meios legais que estanquem o problema em sua origem. Além disso, a restrição da

publicidade de alimentos não saudáveis às crianças é um meio de atuação estatal capaz de garantir uma maior eficácia na proteção integral destas.

A evolução de Políticas de Alimentação e Nutrição e principais mecanismos regulatórios sobre publicidade infantil, na última década, está descrita na Tabela 3.

TABELA 3
Histórico das Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil

Documento	Órgão	Assunto	Ano
Portaria nº 710	Ministério da Saúde(MS)	Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).	1999
Resolução nº 358	Conselho Federal de Nutrição (CFN)	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação (PAE) e dá outras providências.	2005
Lei Orgânica	Congresso Nacional	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).	2006
Lei nº 11.346	Congresso Nacional	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.	2006
Resolução nº 32	Ministério da Educação	Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	2006
Portaria Interministerial nº 1.010	Ministerio da Saúde (MS) e Ministerio da Educação (MEC)	Institui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.	2006
Lei nº 11265	Congresso Nacional	Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.	2006
Projeto de lei nº 1637	Congresso Nacional(Câmara do Deputados)	Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.	2007
Lei nº 11.947	Congresso Nacional	Atendimento da alimentação aos alunos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	2009
Resolução nº 38	Ministério da Educação (MEC)	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	2009

Ementa Constitucional nº 64	Congresso Nacional	Altera o artigo 6º da Constituição Federal institui a alimentação como direito humano.	2010
Decreto nº 7272	Congresso Nacional	Regulamenta a Lei nº 11.346 e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).	2010
Resolução nº 24	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação de alimentos ricos em açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.	2010
Resolução nº 465	Conselho Federal de Nutrição (CFN)	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.	2010
Portaria nº 2.715	Ministério da Saúde (MS)	Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.	2011
Recomendação nº 013	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Recomenda aos Exmos. Deputados Federais que aprovem o Projeto de Lei Nº 1.637/2007 e seus apensados que propõem a regulação da publicidade de alimentos, tendo em vista que informar a população sobre os riscos relacionados ao consumo excessivo de alimentos não saudáveis significa abraçar a responsabilidade de oferecer um ambiente favorável à vida e à saúde da população.	2012
Nota Técnica nº 02	Ministério da Educação (MEC)	Regulamentação de cantinas escolares em escolas públicas do Brasil.	2012
Recomendação nº 006	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Recomenda que priorizem a tramitação dos Projetos de Lei que propõem a regulação da publicidade de alimentos não saudáveis, tendo em vista o direito humano à alimentação e os direitos básicos dos consumidores à informação e à proteção contra publicidades enganosas e abusivas.	2013
Resolução nº 26	Ministério da Educação (MEC)	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	2013
Resolução nº 163	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.	2014

Como pode-se observar na Tabela 3 e 4, nos últimos anos houve uma intenção de evolução das políticas públicas voltadas para alimentação e nutrição no contexto da segurança

alimentar e ambiente escolar bem como em direção a regulamentação para publicidade de alimentos.

TABELA 4

Documentos relacionados à regulamentação da publicidade de alimentos para crianças

Documento	Orgão	Título	Ano
Projeto de lei nº 5.921	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Acrescentar parágrafo ao artigo 37, da Lei nº 8.078 de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, com disposições aptas a proteger as crianças dos apelos de consumo a elas dirigidos.	2001
Projeto de lei nº 6848	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre alimentação saudável nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.	2002
Projeto de lei nº 2510	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a proibição de venda de produtos alimentares que especifica em escolas do ensino fundamental.	2003
Projeto de lei nº 6168	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Proíbe a comercialização de refrigerantes nos estabelecimentos escolares de educação infantil e ensino fundamental.	2005
Resolução nº 57	Organização Mundial da Saúde (OMS)	Estratégia Mundial para Alimentação Saudável.	2004
Projeto de lei nº 6890	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede pública e privada de ensino no País.	2006
Projeto de lei nº 1637	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.	2007
Resolução nº 24	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação de alimentos ricos em açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.	2010
Projeto de lei nº 244	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Alterar a redação do § 2º do artigo 37 da Lei nº 8.078 de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, de modo a estabelecer como abusiva a publicidade que possa induzir a criança a desrespeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.	2011
Diretrizes	Organização Mundial	Recomendações sobre a promoção de alimentos	2011

	da Saúde	e bebidas não alcoólicas para crianças.	
Projeto de lei nº 1.745	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Impedir a venda de alimentos para crianças acompanhada de brinquedos, brinde, prêmio ou congêneres a título de bonificação.	2011
Projeto de lei nº 5.608	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Regularizar a publicidade de alimentos dirigida ao público infantil.	2013
Resolução nº 163	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.	2014
Posicionamento sobre o assunto na 67ª Sessão do Comitê dos Direitos da Criança	Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU)	Reconhecer os riscos da publicidade dirigida à criança reiterando a importância de proteger a infância.	2014
Projeto de decreto legislativo nº 1.460	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Sustar os efeitos da Resolução nº 163 de 13 de março de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre a abusividade da publicidade e comunicação mercadológica dirigida ao público infantil.	2014
Projeto de lei nº 145	Congresso Nacional (Senado Federal)	Alterar o artigo 59 da Lei nº 6.630 de 1976 para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.	2014
Projeto de lei nº 1.746	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados)	Acrescentar o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na internet.	2015

Conforme Tabela 4, no tocante à restrição e regulação das estratégias de marketing de alimentos para crianças, embora existam muitos projetos de lei, e também hajam leis específicas em diferentes estados e cidades do Brasil como é apresentado de forma mais detalhada no relatório do Ministério da Saúde (2007), e no caderno legislativo do Instituto Alana (2016), observa-se que a prática da publicidade é bem diferente. E, apesar de esforços mútuos de vários órgãos para que leis em nível nacional se concretizem de forma mais efetiva

para esse assunto, as práticas de órgãos auto regulatórios e os argumentos dos setores da indústria, vinculados ao seu poder perante órgãos públicos tem dificultado essas aprovações.

De acordo com a Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, publicada pela OMS, a publicidade de produtos alimentícios influi na eleição dos alimentos e nos hábitos alimentares. Os anúncios desses produtos e de bebidas não devem extrapolar a falta de experiência e a credulidade das crianças. É preciso desestimular as mensagens que promovam práticas alimentares não saudáveis ou a inatividade física e promover mensagens positivas e propícias para saúde. Os governos devem colaborar com os grupos de consumidores e do setor privado (incluindo o da publicidade), a fim de formular critérios multissetoriais apropriados para a comercialização dos alimentos dirigida às crianças, abordando questões como o patrocínio, a promoção e a publicidade (Ministério da Saúde, 2004).

A Recomendação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) nº 013/2012 aos Exellentíssimos Deputados Federais do Brasil, solicite que aprovem o Projeto de Lei nº 1.637/2007 e seus apensados que propõem a regulação da publicidade de alimentos, tendo em vista que informar a população sobre os riscos relacionados ao consumo excessivo de alimentos não saudáveis significa abraçar a responsabilidade de oferecer um ambiente favorável à vida e à saúde da população.

Esse projeto de lei embasa suas recomendações em relatórios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), bem como em recomendações de políticas de alimentação saudável e controle de publicidade de alimentos da Organização Mundial de Saúde (OMS). Relata também a resistência da indústria do setor que pressiona para não se preconizar a recomendação de alimentos saudáveis ao invés de alimentos industrializados (CONSEA, 2012). A consideração anterior fica reafirmada

constatar-se que para divulgar uma marca de refrigerante o investimento é cem vezes maior que o orçamento que o Instituto Nacional do Câncer (INCA) tem para a campanha de incentivo ao consumo de frutas e vegetais (ANVISA, 2007).

Em contrapartida, o Ministério da Saúde aumenta os gastos destinados ao controle das doenças crônicas não transmissíveis e luta para melhorar o perfil nutricional da população e modificar os hábitos alimentares, dispondo de bem menos recursos para isso. Entre os anos de 2008 e 2011, o gasto médio do Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento da obesidade foi de R\$ 25.404.454,87, sendo constatado um aumento de R\$ 16.260.197,86 nesse período (Mazzocante, Moraes & Campbel, 2012).

As Recomendações sobre a Promoção de Alimentos e Bebidas não Alcoólicas para Crianças, criada e desenvolvida pela OMS, traduzida e publicada pela Anvisa em 2011, dizem repetido principalmente sobre a redução e a exposição de crianças a mídia de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras, que deve ser realizada por meio de mecanismos elaborados e implantados pelo governo de forma clara e objetiva, e, ainda devem apoiar pesquisas que visem reduzir o impacto da publicidade desses alimentos sobre as crianças (ANVISA, 2011).

Vários estudos monitoraram ou avaliaram as políticas de governo e da indústria sobre marketing de alimentos para crianças em uma série de países. Tais estudos incluem relatórios elaborados ou comissionados pelas secretarias de monitoramento de diretrizes voluntárias da indústria e organizações auto-regulatórias, pesquisas acadêmicas realizados por cientistas independentes e relatórios de Organizações Não Governamentais (ONGs). Em conjunto, os estudos apresentam uma gama de indicadores diversificados, inclusive de cumprimento das diretrizes, de exposição, de gastos com publicidade e de dieta e saúde (OPAS, 2012).

Esses relatórios no geral indicam relação dos gastos com a publicidade, proibições e restrições e controles de marketing de alimentos com a alteração do padrão de consumo

desses países, tanto na Europa como na América Latina, dependendo de como essas normas são fiscalizadas e efetivadas em cada tipo de meio de comunicação.

No Brasil a Resolução nº 24 de 29 de junho de 2010 da Anvisa dispõe normas sobre a propaganda de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras trans, estabelece quais informações sobre os produtos são consideradas indispensáveis e de que forma devem constar no anúncio de oferta; e contém definições para que o comerciante e o consumidor possam identificar quais produtos apresentam em sua composição elevados níveis de determinados nutrientes, como, por exemplo, açúcar (quantidade permitida 15g por 100g de produto ou 7,5g por 100ml de acordo com a forma que está no rótulo), gordura saturada (5g/100g ou 2,5/100ml), sódio (400mg/100g ou 100ml) e bebidas com baixo teor nutricional (como refrigerantes, sucos artificiais, bebidas concentradas a base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos e ou que contenham qualquer substância que atue como estimulante do sistema nervoso central) (ANVISA, 2010).

O Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) preocupado com a influência do marketing de alimentos direcionados aos mesmos, e levando-se em consideração sua falta de capacidade e discernimento para escolher e/ou eleger por si só os melhores alimentos para consumo diante dos mecanismos utilizados pela tecnologia da informação na elaboração do marketing de alimentos, cria a Resolução nº 163 de 13 de março de 2014, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à crianças e adolescentes (CONANDA, 2014).

Foram ressaltados nessa Resolução, proibições no marketing de alimentos, de linguagem, personagens e trilha sonoras infantis, efeitos especiais, uso de celebridade com influência nesta faixa etária, participação de crianças, desenho animado, bonecos, distribuição

de prêmios e brindes. No entanto, isso não condiz com a realidade da maior parte de propagandas veiculadas para o público infantil (CONANDA, 2014).

Apesar da clara condição de vulnerabilidade da criança e do impacto da comunicação mercadológica em sua formação, os principais argumentos contrários da indústria de alimentos em relação à regulação restritiva, é de que essa medida seria uma afronta à liberdade de expressão. Porém, a mesma é um direito fundamental que, assim como outros, é tutelado pela Constituição Federal que não são absolutos, mas relativos, e, em situações de conflito entre a proteção de diferentes direitos fundamentais, eles devem ser ponderados e sobrepensados, de acordo com o critério da proporcionalidade, de forma a avaliar se e em que grau um direito será restringido. Outros argumentos seriam de que as empresas vão falir, ou só a Constituição Federal pode restringir a regulação da publicidade, ou que seria responsabilidade dos pais e responsáveis tomar as decisões sobre o consumo. E ainda que a auto regulamentação seria suficiente ou que as crianças iriam viver numa bolha (Instituto Alana, 2016).

Para Flores (2017), “o princípio da proteção integral, presente na norma do art. 227 da Constituição Federal, assegurou à criança absoluta prioridade para promoção de seu desenvolvimento saudável. O direito fundamental da proteção integral elevou a criança à condição de sujeito de direito, impactando na sua relação com a família, com a sociedade e com o Poder Público, restando abandonada a ideia da criança como responsabilidade, quase que exclusiva, da seara privada/familiar. Todavia, importa pensar em que medida a proteção integral da criança pode justificar uma intervenção estatal na seara privada, impondo restrições à veiculação da publicidade de alimentos com baixo teor nutritivo? É inegável que a oferta de alimentos processados aumentou nos últimos anos, na mesma proporção que os índices de obesidade infantil. Um dos principais alvos da publicidade de alimentos são as crianças em razão de sua vulnerabilidade e, também, pela influência que estas passaram a exercer nos hábitos de consumo da família” (p. 41).

De acordo com Henriques, Dias e Burlandy (2014), a análise dos princípios referentes aos mecanismos regulatórios propostos pela Anvisa indica que o objetivo é evitar que a propaganda de alimentos venha interferir nos hábitos alimentares pela indução do consumo de

alimentos não saudáveis, além do consumo indiscriminado desses. Os autores ainda ressaltam que informações adequadas e bem compreendidas podem contribuir para que o ato de consumir seja acompanhado de uma atitude de reflexão sobre diversas influências das práticas alimentares.

Sendo assim, quaisquer que sejam as propostas de intervenção com esse grupo social, estas devem levar em consideração o papel que a indústria de alimentos exerce sobre a formação de hábitos alimentares das crianças.

Panorama Atual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) bem como as Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas

. Da atuação do Programa

Para que programas de Educação Alimentar e Nutricional se efetivem de modo mais satisfatório é importante ressaltar o papel e a contribuição que o PNAE possui na formação de hábitos alimentares, visto que as crianças realizam refeições diárias e o contexto teórico ou prático de qualquer intervenção na área da alimentação deve ser condizente com a realidade das refeições oferecidas, além da cantina, dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, a escola dentro do PNAE deve promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis nos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico (nutricionista). Com vistas ao cardápio sabe-se que este deve ser variado e seguindo as recomendações do Guia Alimentar Brasileiro, que prevê que maior parte dos alimentos seja in natura, respeitando também a cultura local e ainda o determinado pela lei do PNAE, sobre aquisição de gêneros da Agricultura Familiar. Além disso, o programa deve oferecer 30% das necessidades nutricionais diárias para os

escolares em período integral, e 20% para os escolares de período parcial, e contribuir para promoção de hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2009).

Dessa forma, os cardápios devem prever obrigatoriamente, a utilização de 70% dos recursos federais na aquisição de produtos básicos, priorizando os alimentos in natura ou classificados como minimamente processados, e os demais 30% podem ser utilizados na compra de produtos industrializados, desde que justificados pela heterogeneidade da execução nas diferentes localidades, pelas condições de infraestrutura e de acesso às escolas. Assim, cada município poderá comprar gêneros alimentícios segundo sua cultura, diversidade, disponibilidade e oferta de alimentos. Porém, estudo realizado com escolares do município de Codó/MA, concluiu que a maioria das preparações oferecidas nas escolas não atendeu ao cardápio planejado, e, embora haja aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, salienta-se a necessidade de estratégia mais eficazes para garantir a alimentação saudável diária a esses escolares (Costa, Capelli, Rocha & Monteiro, 2017).

Estudo realizado por Vidal, Veiros e Souza (2015), salienta que alguns cardápios da alimentação escolar catarinense necessitam de revisão quanto à frequência de frutas e hortaliças, que apresentou-se inferior a duas ou três vezes por semana, e ainda necessitam de redução de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras e de aumento na diversidade de alimentos.

Estudo que avaliou as Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil - experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014, obteve os seguintes resultados: 30,6% dos 7.017 escolares apresentaram excesso de peso; alimentos ultraprocessados estiveram presentes na maioria dos cardápios do desjejum/lanche da tarde (68,4%), indicando necessidade de ajuste destes, e de temas relacionados à alimentação, mesmo sendo identificados conteúdos referidos a nutrição e a

prática de atividade física nas atividades curriculares em 14 das 21 escolas avaliadas (Batista, Mondini & Jaime, 2017).

Pesquisa bibliográfica no período de 2010 a 2015, demonstrou estudos que apontam problemas na atuação do nutricionista e dos Conselhos de Alimentação Escolar, na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e na composição dos cardápios (baixo conteúdo de frutas e hortaliças). E, ainda ressaltam que a atuação intersetorial e pedagógica, a gestão municipal e a atuação das merendeiras foram temas pouco abordados. Os pesquisadores destacam a necessidade de maior atenção relacionada à execução do PNAE, de maneira a garantir uma alimentação escolar dentro de princípios que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional (Pedraza, Melo, Silva & Araujo, 2018).

Observa-se dessa forma a dificuldade de se implantar de maneira mais efetiva o PNAE não só de acordo com o cardápio ofertado, mas também no tocante a suas ações de Educação Alimentar e Nutricional, devido à falta de articulação dos sujeitos envolvidos.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelas professoras para trabalhar a alimentação saudável e a prática de atividade física no ambiente escolar, avaliadas no estudo de Rocha e Facina (2017), observou-se que a falta de conhecimento específico na área foi um dos principais motivos citados por elas. Dessa forma, reconhece-se a necessidade da implantação de cursos de educação continuada como forma de ampliar o conhecimento dos professores para que esses possam trabalhar de forma mais segura, com temas voltados a promoção da saúde de escolares. O processo de Educação Continuada em Saúde deve portanto, ser entendido como uma estratégia para habilitar os diferentes profissionais dentro da escola para atuarem como agentes promotores de saúde.

Estudo que avaliou a alimentação escolar como espaço para educação em saúde por meio da percepção das merendeiras, no município do Rio de Janeiro, constatou que as

mesmas podem ser educadoras dentro do programa, desempenhando funções além do preparo de alimentos, e contribuindo dessa forma, com a promoção de hábitos alimentares saudáveis dos escolares (Fernandes, Fonseca & Silva, 2014).

Observa-se que o PNAE depende de uma força tarefa multidisciplinar para atuação dentro do contexto do programa, conforme vem sendo destacado em seu caráter educativo, para práticas alimentares saudáveis. Faz-se necessário para tanto que haja ações de educação em saúde dentro desse contexto, de forma a tornar os profissionais envolvidos aptos a desempenhar propostas de intervenção sobre alimentação e nutrição, além da correta monitoração dos padrões técnicos e de repasse de verbas para o programa.

A exemplo disso, estudo realizado por Melo, Sá e Filho (2016) sobre a atuação do PNAE, em Tabirá, no sertão Pernambucano, se destacou nacionalmente em 2012 na gestão do Programa. A pesquisa demonstrou que o êxito deve-se aos resultados relativos aos contextos organizacional e sociopolítico considerados favoráveis como: institucionalização do programa, uso eficiente dos recursos financeiros, gestão municipalizada, alta participação comunitária e uso dos recursos locais a favor do programa, que se sobrepuseram as fragilidades da articulação intersetorial e qualificação profissional deficiente. O estudo demonstra que é possível obter êxito no programa desde que haja um maior engajamento político e comunitário no PNAE.

Para Locatelli, Canella e Bandoni (2017), tendo em vista a magnitude do PNAE e o investimento realizado pelo Governo Federal, objetivando a promoção da alimentação saudável e adequada, se faz importante um consumo regular da alimentação oferecida pelas escolas por parte dos alunos para que as ações sejam efetivas. Contudo, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE-2012, que analisou mais de 86 mil alunos, verificou baixo consumo da alimentação escolar entre os alunos do último ano do Ensino Fundamental

das escolas públicas de todo o Brasil. Os resultados mostram também que determinados comportamentos em nível domiciliar estão associados ao consumo regular da alimentação escolar, sendo que aqueles que tomam café da manhã e almoçam com os pais possuem maior chance de comer a alimentação oferecida na escola. Os autores ressaltam ainda, que levar em consideração efetivas ações de Educação Alimentar e Nutricional, direcionadas a grupos com menor chance de consumo, podem contribuir para melhorar esse índice.

. Das ações de Educação Alimentar e Nutricional

Borsoi, Teo e Mussio (2016) realizaram uma revisão integrativa de Literatura, sobre a Educação Alimentar e Nutricional - EAN no ambiente escolar no período de 2002 a 2013. Observaram que a partir de 2009, há maior ênfase ao tema e apontam que a EAN no ambiente escolar é desenvolvida com diferentes atores sociais, incluindo estudantes, educadores, gestores escolares e comerciantes de alimentos. Contudo, observaram um predomínio, de estudos de intervenção com foco nos escolares, por estratégias pouco participativas e críticas baseadas principalmente na transmissão de informações. Constataram que a alimentação escolar, apesar de representar a mais antiga política pública brasileira na área da alimentação e da nutrição, vigente ininterruptamente há mais de 60 anos, é pouco concebida e, portanto, pouco utilizada como estratégia de EAN.

Programa desenvolvido por Rocha e Facina (2017), em seis escolas municipais do Ensino Fundamental I, sendo cinco rurais e uma urbana, consistiu em três meses de intervenção com cada escola, por meio de seis oficinas direcionadas aos escolares, que também envolviam de forma ativa os professores, possibilitando-os a aprenderem novos conceitos sobre promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas, prática de atividade física, alimentação saudável e promoção da qualidade de vida. Os professores consideraram-

se agentes fundamentais para a promoção da alimentação saudável e da qualidade de vida no ambiente escolar.

Estudo realizado por Fiore, Jobstraibizer, Mancuso e Silva (2012), mediante pesquisa do material didático de 5º a 8º séries do ensino fundamental da rede pública do Estado de São Paulo, conclui que existe a abordagem dos temas relacionados à alimentação e nutrição no material didático, porém, alguns de forma inconsistente, e que cabe aos educadores a seleção do conteúdo e da estratégia adequada, além de sua constante atualização.

Estudo transversal de base escolar, conduzido com 847 escolares matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais de São Leopoldo, Porto Alegre, que iniciou em 2011, objetivou a implantação dos 10 Passos para uma alimentação saudável, porém não obteve êxito em relação a maioria destes. Os autores salientaram a presença de hábitos não saudáveis, e a necessidade da atuação de diferentes atores, tais como governo, produtores e comerciantes de alimentos, bem como a escola, para otimizar a adesão desses às recomendações (Weber, Henn, Vicenzi, Backes, Paniz & Olinto, 2015).

Nesta mesma linha de avaliação, estudo realizado por Dutra, Kalfman, Petro e Albenaz (2016), sobre sedentarismo e hábitos alimentares em crianças, que visou a adesão dos 10 Passos para uma Alimentação Saudável pelas mesmas, obteve baixa adesão e ressalta a importância de pesquisas mais aprofundadas em relação aos aspectos relacionados à mudança no estado nutricional de crianças.

Ferreira, Veiga e Peixoto (2013), avaliaram o Projeto Viver Saudável coordenado por um grupo intersetorial, em Goiás, e concluíram que mesmo após a intervenção, os escolares pesquisados de ambos os grupos, demonstram condições de riscos para a saúde no tocante a alimentação e prática de atividade física, indicando que as ações não obtiveram maior êxito. Por esse motivo, percebe-se a necessidade de avaliação dos determinantes da inatividade

física e da alimentação não saudável junto às comunidades escolares, considerando seu caráter multifatorial.

Pesquisa realizada em Pelotas/RS, em 2009, sobre implantação da alimentação saudável com 1233 escolares adolescentes, também obtiveram resultados negativos. Os autores ainda consideraram que diante da complexidade da determinação econômica, psicológica, cultural dos hábitos alimentares é necessário maior investimento em políticas públicas que visem intervir nos determinantes desses (Couto, Madruga, Neutzling & Silva, 2014).

Já em estudo sob a percepção dos hábitos alimentares dos estudantes de uma escola de ensino fundamental do município de Jaciara- MT, foram direcionadas atividades lúdicas sobre educação alimentar, onde observou um bom aprendizado dos conteúdos por parte do escolares. Os autores concluem que: a) se pode trabalhar com a educação alimentar por meio do próprio currículo, na interdisciplinaridade, utilizando dos alimentos como base para a introdução das disciplinas; b) que o educador e a escola devem ser parceiros com a família, promovendo a educação alimentar de qualidade; c) e que, a escola tem em mãos poderosas ferramentas, como a educação sistematizada e a merenda escolar, contra os maus hábitos alimentares (Borges, Santos, Silva, Santos & Magalhães, 2015).

Coelho e Bogus (2016) obtiveram resultados positivos a partir da construção de horta educativa, onde os alunos plantavam e comiam sua comida. Observaram que a percepção mais ampla e reestruturada, adaptação do currículo escolar, além de atividades integrativas, participativas e lúdicas poderiam trazer maior adesão por parte dos alunos.

A Educação em Saúde e a Construção de Propostas para Mudança de Comportamento Alimentar de Escolares

O conceito de Educação em Saúde está ancorado no conceito de promoção da saúde, pois ambos precisam da participação da população, de suas necessidades, de seu estilo de vida, crenças, valores, desejos, opções e vivências (Pereira, 2017).

O modelo tradicional de educação em saúde apoia-se num entendimento de saúde como ausência de doença e na proposição de estratégias educativas orientadas por pressupostos biomédicos. Nesse contexto, as ações de educação em saúde têm caráter persuasivo, pois buscam prescrever determinados comportamentos considerados ideais para a prevenção ou minimização de agravos à saúde. Em contrapartida, a necessidade de uma visão ampliada, tem resultado em ações educativas em saúde que levam em consideração a complexidade do fenômeno saúde e que consideram uma perspectiva ampliada de educação. Essa abordagem busca o fortalecimento da consciência crítica das pessoas, transferindo o foco das ações educativas tradicionalmente centradas no indivíduo para os grupos sociais (Colome & Oliveira, 2012).

É, no entanto, considerada uma metodologia dialógica e radical por que rompe com as práticas educativas tradicionais como, por exemplo, as palestras e os grupos de patologias. Outras características importantes desse modelo são a valorização do saber popular, o estímulo e respeito à autonomia do indivíduo cuidado de sua própria saúde e o incentivo à sua participação ativa no controle social do sistema de saúde do qual é usuário (Maciel, 2009).

Os modelos de intervenção educativos propostos por esse método são essencialmente participativos, sendo oferecidos à população com a finalidade de abordar uma vasta rede de temas relacionados à saúde (Colome & Oliveira, 2012).

Segundo Paulo Freire (1996), e sua metodologia problematizadora no contexto pedagógico em Educação em Saúde, citado por Sevalho (2018):

“O conhecimento assim produzido na Educação Popular em Saúde permite que os profissionais se aproximem das “condições e experiências de vida” da população. As

condições de vida são determinantes da situação social à qual está submetida a população, e as experiências de vida dizem respeito às formas de “apropriação da realidade” e “possibilidades de ação sobre ela”. Experiência e condições de vida configuram, portanto, contextos de vulnerabilidade, onde vinculam-se a fragilidade da população e a capacidade de enfrentamento das adversidades” (p. 183).

No que se refere à promoção da saúde da criança, deve-se considerar o contexto familiar em que esta está inserida, pois depende do adulto responsável para satisfazer tanto necessidades básicas elementares, como alimentação e higiene, quanto necessidades mais elaboradas, como a estimulação ao seu crescimento e desenvolvimento (Silva, Kantorski, Motta & Pedro, 2017).

Sendo assim, destaque-se a complexidade de se formular programas de promoção da saúde que levem em conta a abordagem ampla dos sujeitos e grupos sociais a serem trabalhados, bem como os profissionais das áreas envolvidas, os quais devem estar em constante processo de aprendizagem e capacitação.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída em 2004, constitui um importante marco na implementação de diretrizes educacionais nos processos de trabalho em saúde. A Educação Permanente em Saúde (EPS) é referida na PNEPS como uma proposta política e pedagógica baseada na aprendizagem significativa e na perspectiva de transformação das práticas profissionais. No Brasil, a EPS se configurou como política pública diante da necessidade de se promoverem práticas ancoradas no contexto real dos serviços, dos trabalhadores e das necessidades dos usuários (Figueiredo, 2017).

Dentro do contexto de alimentação escolar destaca-se o CECANE (Centro Colaborador em Alimentação Escolar), como centro de educação continuada desempenhando diversas atividades para capacitação profissional sobre alimentação.

Atribuindo-se então à escola o papel de educar para práticas alimentares saudáveis, caberia ao nutricionista integrar e mobilizar a comunidade escolar por meio de ações

vinculadas ao Programa de Alimentação Escolar (PAE). Nesse caso, o nutricionista teria que estar apto a desempenhar o papel de articulador de ações educativas, convocando outros colaboradores para o desenvolvimento de projetos, coordenação, supervisão e execução de programas de educação permanente em alimentação e nutrição, e articulação com a direção e coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com esse conteúdo (Silva & Fonseca, 2009).

Num estudo realizado por Juzwiak, Castro e Batista (2013), com 50 profissionais da área de alimentação escolar (nutricionistas, educadores, coordenadores etc.) nos municípios da Baixada Santista e na Unifesp, por meio da OPEAS (Oficina Permanente de Educação em Saúde), inserida no CECANE, identificou-se que: 1) a relação entre educadores e nutricionistas se apresentava distante e, portanto, não se realizavam atividades interprofissionais/interdisciplinares no ambiente escolar; 2) a interação promovida pela OPEAS, por meio da troca de experiências e conhecimento, gerou estímulo ao trabalho em parceria; 3) a OPEAS contribuiu para a formação diferenciada de graduandos em nutrição na área de alimentação escolar e educação alimentar e nutricional; e 4) espaços de Educação Permanente devem ser disponibilizados para os profissionais da escola a fim de fornecer apoio constante às ações de Promoção da Alimentação Saudável no ambiente escolar.

Estudo que propõe um modelo de material para Educação Nutricional em escolas de ensino fundamental, ressalta a importância da interação do nutricionista com os professores para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Considera fundamental a figura do professor no processo de aprendizagem como mediador do conhecimento de alimentação e nutrição, inserindo estenas suas aulas e atividades, de forma lúdica, de modo a envolver os alunos e tornar os conteúdos mais significativos e realmente apreendidos, o que favorece a inserção do educador como ator principal dessas atividades, sob a orientação do nutricionista.

Sugere-se então, na execução de tais atividades, a ação conjunta desses profissionais, visto que os conhecimentos necessários para essas ações fazem parte da formação de ambos (Pietruszynski, Albiero, Pöpper & Teixeira, 2010). Além disso, sabe-se que as crianças estão em processo de formação de personalidade e cognição e que esses aspectos devem ser levados em consideração nessas atividades. Há ainda a necessidade de se falar que tudo que é ensinado no ambiente escolar influenciará suas escolhas e o modo como reagirá na vida.

Num estudo realizado por Bissoli (2014), sobre o desenvolvimento da personalidade da criança e o papel da educação infantil, ressalta-se que o processo educativo, intencional e sistematizado, que acontece na escola assume um papel fundamental. Como professores e professoras, baseados no permanente aprofundamento teórico, que permite compreender a criança e construir formas específicas de ensinar, podem e devem mediar a formação desse sistema integrativo, que marca a singularidade de cada criança.

Ressalta-se ainda que, o atual contexto nutricional em que se encontram as crianças exige a prática efetiva de atividades de educação nutricional nessa fase. Nesse contexto a escola deve ser, juntamente com a família e profissionais da área da saúde, parceira e promotora de ações que estimulem hábitos saudáveis.

A produção do conhecimento, em escolas, para cidadãos mais críticos e mais conscientes deve ser incentivada devido à preocupação com o avanço da obesidade em crianças e adolescentes, por isso, planejar, desenvolver e implementar programas dirigidos em educação nutricional de forma multidisciplinar, no ambiente escolar, torna-se relevante (Vale & Oliveira, 2016).

Souza et al. (2014), avaliaram os fatores associados ao excesso de peso em escolares matriculados no ensino fundamental e consideraram que a situação de sobrepeso e obesidade constitui um problema de saúde pública, sendo que o acompanhamento nutricional detalhado

e periódico dos escolares, as ações de educação em saúde com vistas à Promoção da Alimentação Saudável (PAS), e o incentivo à atividade física necessitam ser aplicados, propondo, portanto, a realização de intervenções com toda a família, uma vez que as ações devem ser de ordem coletiva.

Sendo assim, não é conveniente supor que a formação de bons hábitos alimentares se efetive na escola com ações isoladas, como a oferta de alimentos nutricionalmente ricos, aulas de Ciências, textos no livro didático, palestras e distribuição de folhetos. Deve-se evidenciar a Educação Alimentar e Nutricional para a promoção de práticas alimentares saudáveis e, conseqüentemente para a PAS (Silva & Fonseca, 2009).

De forma mais ampla, a PAS na escola apresenta variadas possibilidades de ações baseadas em eixos que priorizam: a educação alimentar e nutricional; o estímulo à produção de hortas com o método pedagógico; a inclusão das boas práticas da manipulação de alimentos no ambiente escolar; a restrição local ao comércio de alimentos com altos teores de gorduras, açúcar e sal; o incentivo ao consumo de verduras, frutas e legumes; e o monitoramento da situação nutricional dos escolares (Camozzi et al., 2015).

Vale e Oliveira (2016), em seu trabalho, perceberam que a escola emerge como um espaço importante para o desenvolvimento de ações e estratégias, e que por meio destas, os alunos podem construir conhecimentos sobre educação alimentar e nutricional de maneira que essas informações acabem chegando ao seus lares. E que, segundo a concepção dos professores, as atividades em cartilhas seriam uma forma de incentivar o consumo de alimentos saudáveis, e que os pais deveriam se preocupar mais com a alimentação dos filhos.

Embora o tema educação nutricional não seja recente, atualmente é amplamente abordado por órgãos e esferas governamentais nacionais e estrangeiras, bem como sua real necessidade, mas na prática ele é pouco aplicado de forma efetiva.

Num estudo realizado por Silva e Fonseca (2009), objetivou-se a análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2000 a 2008, para evidenciar as abordagens pedagógicas relacionadas à educação alimentar e nutricional nos espaços formais de educação básica no Brasil. Foi identificado um número significativo de publicações sobre o tema na área de saúde e que investigam o aspecto assistencialista do oferecimento de alimento no espaço escolar, ou as características nutricionais, ou a verificação de hábitos alimentares em crianças e adolescentes. Entre os poucos artigos que apresentavam propostas de educação alimentar, alguns faziam na perspectiva tradicional de educação e os outros demonstravam abordagens mais contemporâneas.

Uma alternativa no ambiente escolar, seria o desenvolvimento de projetos integrativos, que levassem em conta atividades com as crianças relacionadas a cada faixa etária por meio de ferramentas lúdicas, jogos, desenhos, teatros, músicas etc.

A utilização de atividades práticas, como confecção de cartazes, objetos, murais; desenvolvimento de histórias e prática teatral; jogos de competição e cooperação; brincadeiras de ritmo, concentração, faz-de-conta e a pesquisa pelo aluno, por meio de entrevista com familiares; a busca em livros, folhetos, revistas e até na rede de computadores, podem despertar a ludicidade levando a atenção e motivação do educando para o processo de aprendizagem e internalização dos significados do que está vivenciando (Pietruszynski e tal., 2010).

Trabalhar com ferramentas lúdicas e diversificadas no desenvolvimento de ações educativas em nutrição é essencial para facilitar o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar (Vale & Oliveira, 2016). Porém, no caso de se utilizar personagens infantis, deve-se levar em consideração a influência e relação destes com os meios de comunicação em

massa bem como sua relação tanto com a educação nutricional, quanto com propagandas de alimentos não saudáveis.

Oliveira (2008), avaliou os conteúdos de histórias em quadrinhos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social com intuito de promover a Educação Alimentar, por meio do projeto “Criança saudável, educação dez”. Após análise dos conteúdos e dos personagens utilizados para a ludicidade do programa, apesar do autor reconhecer que as cartilhas podem ser instrumentos de estímulo para sensibilizar alunos e professores para o tema alimentação e nutrição, constatou-se que os personagens utilizados não foram os mais apropriados já que os mesmos também são referidos em propaganda de alimentos não saudáveis.

Além da importância da educação nutricional por meio de atividades de ludicidade e da integração do projeto com os atores envolvidos (escola, nutricionista, família, crianças), a vivência no ambiente escolar para adaptar e acrescentar propostas de trabalho, pode ser outra ferramenta importante para uma melhor elaboração e possível validação de atividades realizadas neste contexto.

Fonseca, Scochi, Rocha e Leite (2004) acreditam que os materiais didáticos dinamizam as atividades de Educação em Saúde, o que estimulou a construção de materiais utilizando a educação problematizadora, fundamentada por Paulo Freire, a partir de experiências cotidianas do aprendiz, sistematizadas e teorizadas em uma relação dialógica e participativa que conduz à transformação da realidade por meio da reflexão e da ação.

A adoção de uma abordagem participativa comunicativa e coletiva é recomendada no processo de construção de uma cartilha educativa (Reberte, Hoga & Gomes, 2012). O método de Paulo Freire é utilizado para o desenvolvimento destas cartilhas, possibilita uma maior imersão do homem na realidade, desperta seu lado crítico e pode ser útil para validação de

materiais em consonância com participação dialógica e integração das pessoas de ambos os lados do processo, possibilita ainda uma melhor adequação do material (Fonseca et al., 2004; Torres, Candido, Alexandre & Pereira, 2009; Reberte et al., 2012).

Faz-se relevante também, para elaboração dessas atividades, levar em consideração as fases escolares e o desenvolvimento cognitivo de cada etapa para elaboração e aplicação das atividades da forma mais adequada a cada idade. Segundo o trabalho de Cavichia (2010), que conceitua os estágios de desenvolvimento na perspectiva da teoria de Jean Piaget, dá destaque para a construção do conhecimento considerando as suas principais categorias, a saber: objeto, espaço, causalidade e tempo. Ao tentar se adaptar ao meio ambiente o indivíduo utiliza dois processos fundamentais que compõem o sistema cognitivo em nível de seu funcionamento: a) a assimilação ou a incorporação de um elemento exterior (objeto, acontecimento etc.), num esquema sensório-motor ou conceitual do sujeito, e b) a acomodação, que caracteriza a necessidade em que a assimilação se encontra de considerar as particularidades próprias dos elementos a assimilar. A estruturação cognitiva leva à construção do conhecimento e à etapas do processo cognitivo.

Com estes critérios Piaget distinguiu quatro grandes períodos no desenvolvimento das estruturas cognitivas, relacionados a afetividade e a socialização da criança: estágio da inteligência sensório-motora (até, aproximadamente, os dois anos); estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória (dois a sete-oito anos); estágio da inteligência operatória concreta (sete-oito a onze-doze anos); e estágio da inteligência formal (a partir, aproximadamente, dos doze anos) (Cavichia, 2010).

Considerando as etapas do desenvolvimento, Vale e Oliveira (2016), realizaram um trabalho com o objetivo de apresentar atividades lúdicas diversificadas para escolares sobre

alimentação saudável. Fundamentando-se em outros estudos apresentaram quadro adaptado com suas atividades de acordo com cada faixa etária, conforme segue Tabela 5.

TABELA 5

Características de crianças e adolescentes em cada faixa etária

Faixa Etária	Como a criança apresenta-se nesta faixa etária diante de atividades lúdicas	Anos escolares que Correspondem a faixa etária	Atividades propostas na cartilha
4-7 anos	Na fase dos quatro a sete anos os músculos responsáveis pela coordenação motora fina serão desenvolvidos, através de brincadeiras que sejam necessários picar papel, recortar, amassar, colorir etc. Os jogos também assumem um papel importante no desenvolvimento das crianças, pois são vistos com mais seriedade perante suas regras.	1º ano (5-6 anos)	Elaboração de máscaras de vegetais para colorir e recortar.
		2º ano (6-7 anos)	Elaboração de jogo da memória com imagens de vegetais para colorir e recortar.
7-10 anos	Nesta fase o corpo vai ocupar um lugar de destaque em suas brincadeiras. Por meio da curiosidade será capaz de romper os esquemas já existentes, estará mais questionadora, gostará de desafios, de resolver situações problemas. A criatividade será sua principal característica nesta fase de desenvolvimento.	3º ano (7-8 anos)	Elaboração de jogo do mico com imagens de vegetais para colorir e recortar.
		4º ano (8-9anos)	Elaboração de caderno de receitas saudáveis.
		5º ano (9-10 anos)	Elaboração de cartazes com o tema: “Meu corpo é o que eu como”.
A partir de 11 anos	Na fase dos 11 anos em diante os jogos tornam-se ainda atraentes, pois os jovens adoram a sensação da conquista de algo novo e as atividades intelectuais vão atrair suas atenções. O jovem nesta fase já consegue analisar antes de agir, portanto, discutir, pesquisar, estarem contato com o grupo, arriscar-se e os desafios dos jogos serão marcantes nesta fase. A expressão artística também é outra atividade que os atrairá e assim sua criatividade será estimulada.	6º ano (10-12 anos)	Elaboração de cardápio saudável.
		7º ano (12-13 anos)	Brincadeira denominada “Batata quente saudável”.
		8º ano (13-14 anos)	Brincadeira denominada “Mitos e Verdades sobre alimentação”.
		9º ano (14-15 anos)	Atividade denominada “Compositor saudável”, consiste na reinvenção de uma música.

Fonte: Maranhão (2007) adaptado por Vale e Oliveira (2016).

Os dados e informações apresentados indicam que são várias as ferramentas para ajudar no processo de adequação do ambiente escolar em relação à promoção de hábitos

saudáveis, entretanto, ações práticas e integradas com os atores envolvidos no processo, são recomendados.

Tomando por base tais considerações, destaque-se a necessidade de se formular propostas com conceitos e percepção ampliadas sobre comportamento alimentar, pois observa-se maior existência de ações com foco nos aspectos nutricionais ou com resultados poucos satisfatórios nas intervenções.

Tendo em vista, as referências apresentadas sobre a influência dos determinantes no desenvolvimento de hábitos alimentares das crianças, a complexidade dessas questões, bem como a necessidade sugerida por diversos trabalhos de se elaborar propostas que considerem tais aspectos, foram formulados os objetivos do presente trabalho.

OBJETIVOS

Geral:

Elaborar um caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares, envolvendo atividades de forma integrada com crianças, família e instituição de ensino.

Específicos:

- . Revisão sistematizada da literatura específica;
- . Construção do caderno; e
- . Avaliação do caderno.

MÉTODO

O presente trabalho trata-se de um estudo documental qualitativo, desenvolvido a partir de apontamentos da literatura sobre comportamento alimentar de escolares. A opção pela pesquisa qualitativa se deu devido ao aprofundamento da compreensão do material disponível acerca do objeto trabalhado para a produção de um modelo de caderno a ser aplicado como projeto nas escolas.

O estudo constituiu uma revisão sistematizada da literatura especializada, entre 2004 e 2017, período no qual foram formulados vários documentos relacionados a política de alimentação escolar e segurança alimentar. Foi realizada uma consulta a conteúdos relacionados às diretrizes sobre alimentação infantil, presentes em: a) sites governamentais, edemais organizações como Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Organização Mundial da Saúde, Anvisa; b) em periódicos e artigos científicos disponíveis nos bancos de dados do Scielo, Bireme, Medline, Lilacsetc, c) no navegador de busca do Google.

A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando as terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde criados pela Biblioteca Virtual em Saúde a partir do Medical Subject Headings da U.S. National Library of Medicine, que permite o uso da terminologia comum em português, inglês e espanhol. As palavras-chave utilizadas na busca foram ‘segurança alimentar e nutricional’, ‘comportamento alimentar’, ‘alimentação escolar’, ‘obesidade infantil’, ‘alimentação infantil’, ‘publicidade de alimentos’, ‘hábitos alimentares’, ‘transição epidemiológica’, ‘material de ensino’, ‘educação nutricional’, ‘educação alimentar’, ‘educação continuada’, ‘educação permanente’, ‘estudos de validação’, ‘desenvolvimento da criança’.

Análise dos dados

Os resultados da revisão sistematizada foram analisados qualitativamente sob a perspectiva dos autores a partir da técnica proposta por Bardin (1979), citado por Minayo, 2008, p. 334) de análise de conteúdo de relações de acordo com o subtipo de co-ocorrências, abordando relações entre vários elementos co-ocorrentes do discurso dentro de um texto que visa obter a descrição do conteúdo das mensagens por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. Esta técnica permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. A abordagem qualitativa se dá pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimentos até a compreensão da lógica interna do grupo ou fenômeno em estudo (Minayo, 2008).

Após o levantamento inicial, foi feita a leitura do material encontrado e, à partir disso, procurou-se compreender e agrupar por categorias de semânticas semelhantes conteúdos que demonstrassem influências relevantes entre si no contexto do comportamento alimentar na infância, para isso procurou-se compreender a diferenciação entre a nutrição e o ato de comer em si, para então descrever: a) os aspectos comportamentais (emocionais, psicosócio-culturais, contexto familiar); b) a atuação da indústria e mídia de alimentos nos hábitos alimentares das crianças; c) a importância do ambiente escolar, em atuação com outros órgãos para a promoção de hábitos alimentares saudáveis; d) a evolução das políticas públicas e os mecanismos regulatórios para alimentação infantil no período de referência; e) o contexto atual da alimentação e práticas educativas nas escolas; e f) o desenvolvimento de materiais de educação nutricional para mudança de comportamento alimentar no contexto metodológico da abordagem participativa da educação em saúde no ambiente escolar.

Com base nesses achados, e na vivência da própria autora neste contexto, propôs-se formular um Caderno que englobasse atividades para promover a mudança de comportamento

alimentar a serem aplicadas, simultaneamente, com escola, alunos e famílias, no sentido de tornar um aprendizado para todos.

Para avaliação do Caderno foi empregado, entre Juízes, instrumento semi estruturado, em formato de escala de Likert de cinco pontos (1 = ruim; 2 = regular; 3 = bom; 4 = muito bom; 5 = ótimo) avaliadas por juízes independentes, com Índice de Concordância igual ou superior a 75% entre eles ($IC = \text{acordos} / (\text{por acordos} + \text{desacordos}) \times 100$), sobre os aspectos de tópicos relacionados à formatação, figuras /ilustrações, conteúdo dos temas, motivação, aplicabilidade, sugestões e opinião geral (Apêndice 2).

A escolha dos Juízes se deu por conveniência, sendo adotado para inclusão dos peritos: ser profissional experiente envolvido e atuante nas áreas de alimentação infantil, educação infantil, alimentação escolar e construção de materiais instrutivos. Os avaliadores foram agrupados em três grupos distintos: grupo 1/educação infantil (letras e pedagogia); grupo 2/alimentação infantil (nutricionistas e pediatras); grupo 3/psicologia (psicopedagogos e psicólogos).

Para o agrupamento dos resultados estabelecidos pelos juízes foi considerado para a escala: 1/ruim=20%; 2/regular=40%; 3/bom=60%; 4/muito bom=80%; 5/ótimo=100%, sendo o índice satisfatório entre 80% (muito bom) e 100% (ótimo) da escala. Posteriormente, foi aplicado o critério de Índice de Validade de Conteúdo (CVI) que seguiu três abordagens: 1) I-CVI (*Level Content Validity Index*) – para cada item, o I-CVI foi computado pelo número de juízes que avaliaram o item como muito bom e ótimo; 2) S-CVI/AVE (*Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method*): a proporção dos itens da escala avaliados como muito bom e ótimo por cada juiz; 3) S-CVI (*Scale-Level Content Validity Index*): média da proporção dos itens avaliados como muito bom e ótimo pelos juízes (Polit e Beck, 2006 citado por Oliveira, Lopes e Fernandes, 2014). Foi estabelecida ainda a comparação entre os grupos,

sendo considerado o índice igual ou superior a 75% como desejável na validação do conteúdo. Dados referentes às questões abertas (comentários, recomendações e sugestões) foram compilados e no final da avaliação, analisados e incorporados na melhoria do Caderno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos conteúdos demonstrou, inicialmente, cerca de 200 trabalhos previamente considerados, que apresentaram interpelação entre os temas e semânticas propostos para o estudo. Destes foram incluídos os que remetiam à alimentação na infância, seus determinantes comportamentais, ambiente escolar e interações desses contextos, bem como legislação de alimentos e demais publicações relevantes para esta área de conhecimento, totalizando n-109 obras.

De acordo com a pesquisa realizada, os documentos selecionados foram em sua maior parte: a) artigos científicos (n = 74), relacionados sobre diversos temas como comportamento e cultura alimentar, elaboração de material didático, práticas alimentares na infância, propaganda de alimentos, educação nutricional, desenvolvimento cognitivo de crianças, impacto da alimentação na saúde, obesidade infantil em escolares, alimentação escolar; b) documentos públicos contendo recomendações e diretrizes sobre alimentação infantil e no ambiente escolar, relatórios e manuais sobre publicidade e alimentação infantil (n = 15); c) e ainda, legislações sobre segurança alimentar e nutricional, recomendações do consumo de alimentos para criança, publicidade infantil e alimentação no ambiente escolar (n = 9), d) livros e monografias (n=6), e) artigos não científicos (n = 5) com assuntos similares aos citados nas demais publicações, conforme Figura 1.

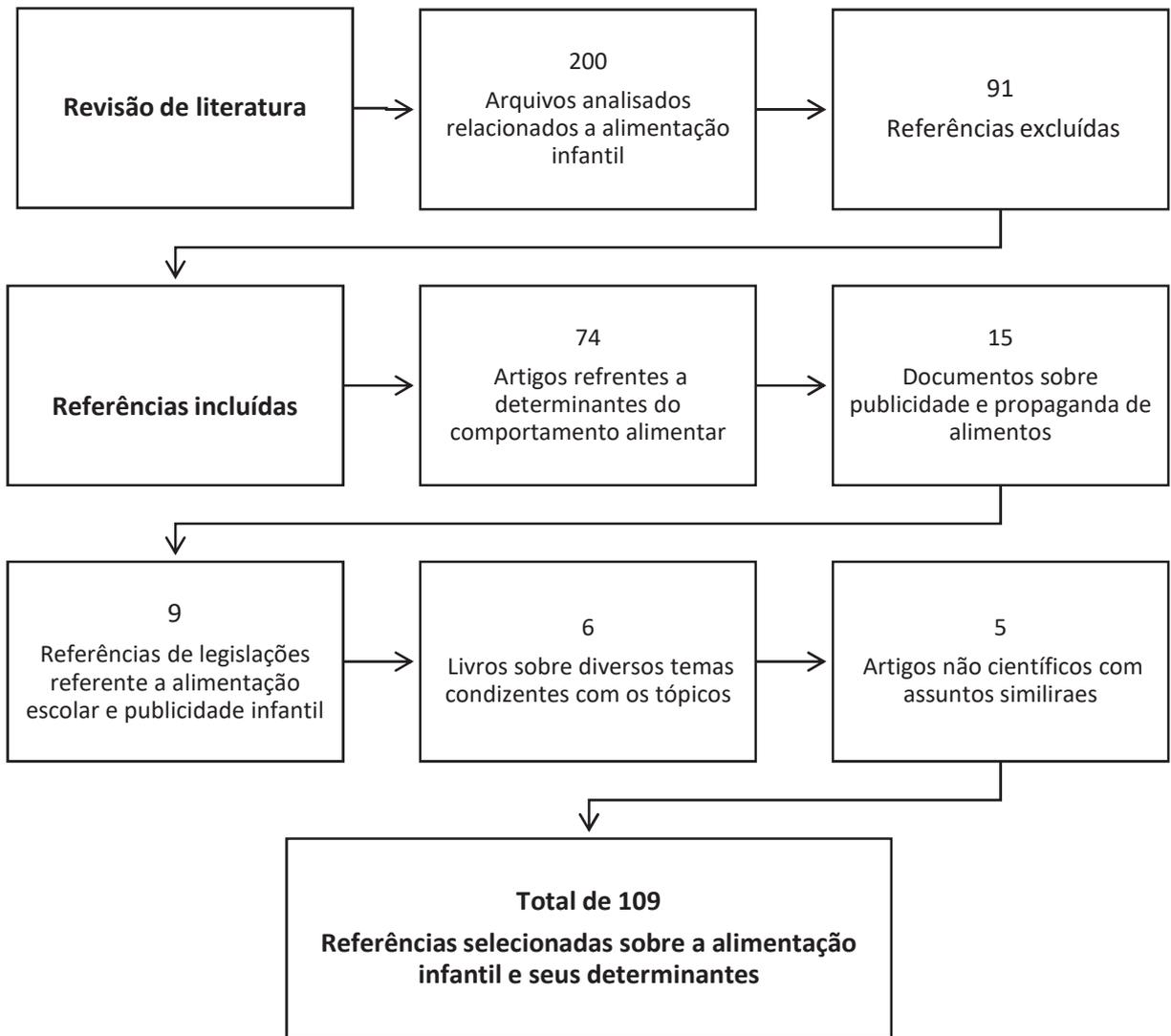


FIGURA1

Fluxograma dos documentos da revisão de literatura

Os dados demonstram maior número de documentos classificados na modalidade de artigos científicos, em relação as demais obras publicadas. Tais resultados podem estar relacionados ao desenho metodológico e as próprias fontes escolhidos para esta investigação.

No presente estudo foram considerados majoritariamente na revisão bibliográfica a pesquisa em endereços eletrônicos de busca de periódicos científicos para maior

embasamento da pesquisa (n - 74). E ainda como parte da revisão, pesquisa documental para normas, leis e documentos públicos para traçar o histórico das principais publicações da área de alimentação infantil nos últimos anos (n - 24). De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa eletrônica:

“é constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em home page e site, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc, mas apesar de sua importante contribuição para a investigação científica, nem toda informação disponibilizada em meios eletrônicos deve ser considerada como sendo de caráter científico”(p. 69). Os autores ainda ressaltam que há de se observar a procedência do site ou da home Page.

Na distribuição por anos de publicação, pode se verificar maior concentração entre 2012 a 2017, representando mais da metade das referências, conforme Tabela 6.

TABELA 6

Arquivos documentais incluídos no estudo

	Tipo de Publicação	%
Artigos científicos	74	67,88
Outros documentos	5	4,58
Legislação	9	8,25
Documentos públicos (cadernos, relatórios etc.)	15	13,76
Livros/Monografia	6	5,50
Total	109	100
	Ano da Publicação	%
2004	3	2,75
2005	2	1,83
2006	4	3,66
2007	4	3,66
2008	5	4,58
2009	6	5,50
2010	9	8,25
2011	7	6,42
2012	15	13,76
2013	6	5,50
2014	12	11
2015	7	6,42
2016	16	14,67
2017	14	12,84
2018	3	2,75
Total	109	100

Exemplos de categorias por semânticas dos conteúdos, a partir dos títulos das publicações, estão dispostos na Tabela 7.

TABELA 7

Exemplos de títulos e categorias de semânticas das referências utilizadas na revisão sistematizada no trabalho

Tipo	Categoria Semântica	Título	Referência	Ano
Artigos Científicos	Comportamento e cultura alimentar	<i>Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação.</i>	Braga	2004
		<i>Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para obesidade.</i>	Quaiote & Alemida	2006
	Elaboração de material didático	<i>Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta.</i>	Pietruszynski Albiero, Pöpper & Teixeira	2010
	Práticas alimentares na infância	<i>Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência.</i>	Madruga, Araujo, Bertoldi, & Neutzling	2012
	Desenvolvimento cognitivo de crianças	<i>Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil.</i>	Bissoli	2014
	Obesidade infantil	<i>Fatores associados à obesidade e sobrepeso em escolares.</i>	Souza et al.	2014
	Propaganda de alimentos	<i>Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças.</i>	Ueda, Porto & Vasconcelos	2014
Artigos não Científicos	Educação nutricional e alimentação no ambiente escolar	<i>Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia ?</i>	Camozzi, Monego, Carvalho, Menezes & Silva	2015
		<i>Atividades lúdicas sobre educação nutricional como incentivo à alimentação saudável.</i>	Vale & Oliveira	2016
Artigos não Científicos	Educação nutricional e alimentação no ambiente escolar	<i>Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no Brasil.</i>	Silva & Fonseca	2009

Legislação	Publicidade infantil e alimentação escolar	<i>Governo Federal. Lei nº 11.947/2009 PNAE.</i>	BRASIL	2009
		<i>Resolução nº 24 de 15 de Junho de 2010. Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas...</i>	ANVISA	2010
		<i>Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.</i>	Ministério da Educação	2013
Cadernos Públicos	Diretrizes sobre alimentação no ambiente escolar	<i>Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: Promovendo a Alimentação Saudável.</i>	Ministério da Saúde	2010
		<i>Lanche Saudável- Manual de Orientação</i>	Sociedade Brasileira de Pediatria	2012

Sobre comportamento e cultura alimentar

A população brasileira, nas últimas décadas, experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Isso acarretou impacto na diminuição da fome e escassez de alimentos, com melhoria ao acesso e variedade destes, além da garantia da disponibilidade média de calorias para consumo. Porém, concomitante houve aumento da obesidade em todas as camadas da população, apontando para um novo cenário de problemas relacionados à alimentação e nutrição (Ministério da Saúde, 2012).

Observa-se, então, o atual padrão de comportamento alimentar da família brasileira moderna, a qual passou a consumir mais alimentos ultraprocessados e menos alimentos in natura. Fato que vem sendo influenciado por diversos fatores ao longo dos anos, e reflete os hábitos alimentares das crianças, atualmente. Devido a complexidade dos determinantes comportamentais da alimentação na infância, é preciso realizar uma abordagem ampla dos conceitos para que se possa intervir nessa fase.

Carvalho et al. (2011), referem em vosso trabalho a diferença entre a alimentação e a nutrição, trazendo de forma clara essa dicotomia, onde destacam as características biológicas do ato de comer e as características culturais, antropológicas e afetivas envolvidas no ato da alimentação, ressaltando dessa forma, o aspecto comportamental envolvido nesse contexto.

Os diversos artigos encontrados demonstram com clareza que os comportamentos e hábitos alimentares são influenciados desde o nascimento por aspectos emocionais, convívio familiar, socioculturais, atuação da mídia de alimentos e ambiente escolar, podendo afetar a saúde e conseqüentemente contribuir para o surgimento da obesidade infantil, que já representa um grave problema entre as crianças, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais detalhada da mesma.

Estudo de revisão realizado por Souza et al. (2014), destaca: a propensão de adolescentes se tornarem obesos, influência do hábito de assistir televisão, vulnerabilidade à doenças crônicas não transmissíveis, elevada taxa de sobrepeso e obesidade entre escolares, predisposição familiar para doenças, situações sócio econômicas, papel da família, aspectos emocionais relacionados ao acometimento de doenças, reforçando a vulnerabilidade desses sujeitos.

No estudo de Quaiote e Almeida (2006), esses fatores são apresentados de forma sistematizada no decorrer da infância, entre os períodos que vai do lactente, pré escolar, escolar, até a adolescência. Os autores abordam ainda o desenvolvimento da obesidade de acordo com as influências exercidas nessas etapas e posterior consolidação de hábitos alimentares não saudáveis.

Gusson, Feijó, Chaves e Valerio (2014), relatam que aspectos psicológicos, familiares e sociais podem se articular com os fatores biogênicos na continuação da obesidade na infância, cujo contexto pode incluir estilo de vida sedentário, hábitos alimentares

inadequados, ingestão de alimentos de alto valor calórico. No caso das crianças, pode estar ligada à relação com a família, prática de exercícios físicos, sedentarismo e atividades tais como ver televisão, usar computador e jogar vídeo-games. Para Pett et al. (2015), a alimentação da criança é reflexo da dinâmica familiar, sendo que a falta de regras, ou o modo com a criança come, seja com uso de aparelhos eletrônicos e outras distrações poderão influenciar em seus hábitos alimentares.

Estudo realizado por Costa et al. (2018), concluiu que quanto mais horas sedentárias, assistindo TV, jogando vídeo game etc, maior o consumo por esses adolescentes de alimentos ultraprocessados, o que reflete na saúde dos mesmos com os passar dos anos. Sugere que o fato de aumentar a exposição da mídia de alimentos nessa fase, também interfere em suas escolhas e conseqüentemente seu comportamento alimentar. Os autores ainda ressaltam que a conscientização dos pais ou responsáveis sobre escolhas alimentares e suas conseqüências para a saúde é essencial para a diminuição das prevalências de consumo de alimentos ultraprocessados.

Observa-se dessa forma, a importância de se levar em consideração as questões comportamentais da alimentação, e a necessidade de intervenção ainda na infância para promoção de comportamentos alimentares saudáveis e diminuição dos índices de obesidade infantil e demais doenças atribuídas aos maus hábitos alimentares.

No estudo de Gussonet al. (2014), destaque-se que a identificação de fatores associados à nutrição é importante, considerando-se que ajuda a prevenir problemas relacionados ao comportamento, à saúde e ao crescimento. Não obstante, a avaliação do desempenho das funções de alimentação pode ser fundamental, com repercussão em processos de intervenção precoce, bem como durante todo o desenvolvimento neuropsicomotor infantil.

Sobre publicidade infantil de alimentos

A influência da mídia é relatada por vários documentos e artigos ressaltando de forma unânime a negatividade da mesma na alimentação infantil, como por exemplo os escritos de Moura (2010), Mattos et al. (2010), Gallo (2011), Marins et al. (2011), Medeiros et al. (2012), Henrique et al. (2012), Ueda et al. (2014), Fogaça et al. (2014), Instituto Alana (2016).

Esses estudos que analisam a propaganda de alimentos e a influência na obesidade infantil, fazem menção a vários fatores relacionados como, exposição diária à televisão, sedentarismo, propaganda de alimentos abusiva, baixo consumo de frutas e verduras, aumento da ingestão de alimentos industrializados e omissão pelas indústrias de informações nutricionais que possam trazer riscos à saúde das crianças. A importância de regulação da publicidade de alimentos fica clara dessa forma. Henriques et al. (2014), indicam que o objetivo da regulamentação é evitar que a propaganda de alimentos venha interferir nos hábitos alimentares pela indução do consumo de alimentos não saudáveis.

A publicidade infantil relacionada à prática de assistir televisão, sedentarismo e o consumo de alimentos não saudáveis por crianças também fica explícito do documento da ANVISA, o qual ressalta que apesar das principais recomendações nutricionais preconizarem a importância de consumir alimentos naturais, o consumo de alimentos industrializados vem crescendo a cada dia. Isso reflete claramente no perfil epidemiológico da população onde já é possível identificar 30% de sobrepeso das crianças entre cinco e nove anos. Em meio a isso surge a preocupação com a publicidade de alimentos, uma vez que quase um terço de todas as mensagens publicitárias na TV destina-se a alimentos de alto valor calórico e baixo valor nutricional e 72% das propagandas de alimentos estimulam o consumo de alimentos ricos em açúcar, sal e gordura (ANVISA, 2011).

Para Santos e Grossi (2007), a televisão influencia a saúde física e mental, a educação, a criatividade e os valores daqueles que se encontram na frente da tela. Quando expostas às

propagandas, as crianças ficam vulneráveis frente a informações que não são capazes de julgar de modo adequado.

Sobre legislação para publicidade infantil

As legislações apresentadas na literatura, no período pesquisado, sobre publicidade infantil demonstram as várias diretrizes existentes para sua regulamentação incluindo ambiente escolar bem como suascantinas. No entanto, Camozzi et al. (2015), ressaltam que as recomendações não são condizentes com a prática e que não basta apenas as políticas existirem, se faz necessária a mudança de consciência dos atores envolvidos da comunidade para que tais ações se efetivem.

As referências analisadas ainda salientam a restrição do comércio de alimentos ricos em açúcar, sódio e gordura, e recomendam a restrição de artifícios nas propagandas. Referem que as crianças por ainda estarem em desenvolvimento intelectual não podem discernir, de forma clara, o teor dos alimentos e as informações transmitidas pela mídia.

A Resolução nº 24 de 2010 da ANVISA que dispõe normas sobre a propaganda de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras trans, estabelece quais informações sobre os produtos são consideradas indispensáveis, de que forma devem constar no anúncio de oferta, e contém definições para que o comerciante e o consumidor possam identificar quais produtos possuem em sua composição elevados níveis de determinados nutrientes. E, a Resolução nº 163 de 13 de março de 2014 do CONANDA ressalta proibições no marketing de alimentos, de linguagem infantil, efeitos especiais, uso de celebridade com influência no público infantil, desenho animado, personagens infantis, participação de crianças, trilha sonoras infantis, bonecos, distribuição de prêmios e brindes (CONANDA, 2014).

A Estratégia Mundial de Saúde publicada pela OMS, ressalta que a publicidade de produtos alimentícios influi nos hábitos e na eleição dos alimentos pelas pessoas, e sabendo-se que as crianças estão em fase de desenvolvimento, esses anúncios não devem rejeitar a falta de experiência e a credulidade das crianças (Ministério da Saúde, 2004). No entanto, isso não condiz com a realidade da maior parte de propagandas veiculadas para as mesmas.

Sobre desenvolvimento infantil e material didático para mudança de comportamento alimentar

Na escola, local onde a criança passa maior parte do tempo, se preconiza ações de Educação Nutricional proposta pela lei que cria o PNAE, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos, mediante atuação conjunta dos órgãos e profissionais de educação e da saúde (Brasil, 2009).

Contudo, nestas instituições ainda se preconiza o caráter assistencialista da nutrição às ações de promoção de hábitos saudáveis, e as poucas propostas que existem nesse contexto dificilmente abordam aspectos comportamentais. Estudo realizado por Silva e Fonseca (2009), sobre as abordagens pedagógicas relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional em escolas, encontrou que entre os poucos artigos que apresentavam propostas de educação alimentar, alguns faziam na perspectiva tradicional de educação e os outros demonstravam abordagens mais contemporâneas.

No estudo de Camozziet al. (2015), foi verificado que grupos dentro da escola referiam-se à alimentação escolar como conquista dos alunos pela regularidade da oferta, variedade, qualidade, além da preocupação com a higiene. Nesta mesma perspectiva verificou ainda que existia a percepção da alimentação escolar como artifício para evitar a evasão, principalmente quando os participantes se referiam aos alunos carentes.

Pesquisa realizada por Leme e Philipi (2012), de intervenção nutricional com adolescentes, refere que as estratégias de intervenção devem apresentar uma abordagem comportamental na alimentação e na atividade física, e que sejam incorporadas mudanças gradativas para a promoção desta qualidade.

Borsoi et al. (2016), constataram em vosso trabalho a necessidade de abordagens que permitam tratar os problemas alimentares de modo mais amplo na escola, por intermédio de metodologias problematizadoras que superem a mera transmissão de informação. Essa abordagem ainda proporciona maior participação dos atores envolvidos na construção dessas propostas.

Estudo de Albuquerque, Martins, Modena e Campos (2014), aponta para a importância de se elaborar ações integrativas e para a necessidade de ressignificar as práticas de educadores e de profissionais de saúde no sentido de ampliar a participação efetiva das crianças na construção de propostas a serem desenvolvidas nas escolas.

E dentre os vários tipos de atividades que podem ser aplicadas destaque-se as que se utilizam da ludicidade. Para Silva et al. (2017), no ambiente escolar, atividades lúdicas, por meio de jogos e brincadeiras, ganha visibilidade no processo educativo, pois serve de estímulo para a construção do conhecimento humano, constituindo-se um importante aspecto do desenvolvimento pessoal, social e cultural, com colaboração para a melhoria da qualidade de vida e saúde.

A elaboração de materiais deve levar também em consideração as características cognitivas do desenvolvimento infantil. A teoria de Piaget distinguiu períodos no desenvolvimento das estruturas cognitivas, relacionados a afetividade e a socialização da criança (Cavichia, 2010). Assim, sabendo-se da importância de se interferir nessa fase para a

promoção de práticas alimentares saudáveis, deve-se considerar as diferenças entre cada uma delas para se trabalhar de forma específica as atividades.

Construção do Material - Caderno para mudança de comportamento alimentar

. Fundamentação da literatura

As referências exploradas no presente estudo, deram base para a elaboração de um modelo de Caderno a ser utilizado por escolas de educação infantil, contendo os conceitos mencionados a partir da revisão sistematizada, além de outras referências específicas utilizadas como material de apoio para aplicação das atividades.

Esse método também pode ser encontrado nos estudos de Reberte et al. (2012), Oliveira et al. (2014), e Braz et al. (2010), sobre a construção de materiais educativos, os quais basearam as informações orientativas e informativas para o conteúdo dos mesmos, a partir de pesquisa da literatura científica sobre o assunto em questão, segundo cada estudo.

No estudo de Vale e Oliveira (2016), as atividades pensadas para compor a cartilha foram elaboradas a partir de dois parâmetros. Inicialmente, por meio de uma revisão da literatura que está contida no texto da dissertação, sendo norteadora para a construção das atividades. Posteriormente, buscaram compreender como crianças e adolescentes apresentavam-se em relação ao seu desenvolvimento cognitivo para brincadeiras e jogos, e assim analisar qual atividade seria a mais adequada para cada faixa etária.

Fonseca et al. (2004), relataram em vosso trabalho que os conteúdos técnicos, pertinentes aos temas abordados na cartilha, foram elaborados a partir da fundamentação da literatura e experiência profissional da própria pesquisadora, a semelhança do empregado no presente estudo.

. Contribuição da vivência em ambiente escolar

A construção do material baseou-se também em vivência no ambiente escolar segundo princípios da metodologia freiriana, durante os anos de 2016 a 2017, em escola de educação infantil, onde os contextos do ambiente escolar foram observados: merenda e lanches trazidos de casa pelos alunos, cantina, interação familiar e atividades com a família, atividades de educação nutricional presentes na estrutura curricular, atuação dos professores, viabilidade das atividades sugeridas bem como a adaptação das mesmas.

A relação dialógica com professores, crianças e coordenador da escola durante o processo de construção do material foi fundamental para que os temas e as categorias semânticas levantadas na revisão ganhassem uma conotação dentro da construção do material. Esse laboratório no âmbito da metodologia participativa e integrativa de educação em saúde, para desenvolvimento e aplicação de projetos de educação alimentar, levando-se em consideração os aspectos de todos os atores, propiciou aprendizado e contribuiu dessa forma para elaboração de algo mais palpável e próximo da realidade, pois considera de forma prática todo o contexto em que a atividade estaria sendo aplicada.

As crianças observadas no contexto descrito demonstraram capacidade cognitiva e aptidão para um entendimento mais ampliado das influências do comportamento alimentar, pois seus comentários e dúvidas relatavam a assimilação do conteúdo por eles. As atividades presentes na estrutura curricular reforçavam as práticas aplicadas durante a vivência, sendo que as crianças faziam menção à elas de forma a assimilar os conteúdos.

A adaptação da cantina ocorrida durante a vivência foi observada como uma relevante influência, entretanto os alunos do ensino fundamental não aprovaram, de início, uma vez que estavam condicionados aos alimentos não saudáveis antes comercializados, e por terem mais autonomia. Nessa fase se observou a necessidade de outras abordagens para a mudança

do padrão alimentar. Já, os alunos do ensino infantil relataram ter alimentos saudáveis na cantina, fazendo essa assimilação durante as atividades.

Os lanches trazidos de casa continuam industrializados e demonstram a necessidade de intervir junto a família para adoção de práticas saudáveis. A estipulação por parte da escola, de o lanche ter que conter frutas foi observada como ferramenta fundamental para estímulo dessa prática, e ainda pode-se verificar a iniciativa das professoras em contribuir com a promoção deste hábito.

A merenda embora não consumida por todos (os quais traziam marmitas de casa), tinha uma boa aceitação, e não se observou a presença de alimentos industrializados, sendo servidos diariamente salada, arroz, feijão e uma proteína.

Apesar dessa vivência não ter sido relatada em números, a construção do material foi gradativamente sendo adaptada a partir da influência deste contexto e conforme as observações e os conteúdos analisados pela literatura, de forma a proporcionar uma abordagem mais próxima e ampla da realidade atual. A integração das ações entre a família-escola-criança, foi observada como aspecto fundamental para o desenvolvimento do material.

Metodologias similares podem ser encontrados em outros trabalhos (Fonseca et al., 2004; Reberte et al., 2012; Torres et al., 2009). Reberte et al. (2012), ressaltam que essa interação, associada ao comprometimento da participação para promoção da saúde é premissa fundamental na metodologia da pesquisa-ação. Nesse mesmo raciocínio, estudo de Fonseca et al. (2004), baseou-se nas expectativas, sugestões e decisões dos participantes dos círculos de discussão, sendo a partir deste movimento construída a cartilha educativa. Em pesquisa realizada por Torres et al. (2009), a experiência, demonstrou que o desenvolvimento de uma cartilha educativa, na qual os indivíduos atuam efetivamente no processo de construção do

material, mostrou-se eficaz na condução do alcance do objetivo proposto, estimulando novas estratégias educativas.

Apresentação do Caderno

Com finalidade de ser um instrumento didático ao público mencionado, o referido Caderno foi dividido em capítulos com instruções para ações sobre comportamento alimentar, voltadas às crianças, à família e à escola, respectivamente. O material contém três partes divididas entre: capítulo 1- cronograma de atividades para as crianças, atividades vila sésamo e material de apoio (culinária regional, trocas saudáveis, oficina culinária, doenças crônicas não transmissíveis, documentários, alimentos industrializados); capítulo 2- cronograma de atividades para a família e material de apoio (comportamento alimentar, opções de lanches para as crianças e folderes); capítulo 3- cronograma de atividades para escola e material de apoio (guia alimentar para população brasileira, 10 passos para a promoção de alimentação saudável nas escolas, links). No total, contém 71 páginas com formatação fonte arial tamanho 12, título fonte 14, espaçamento simples, margem esquerda direita e superior 2cm, margem inferior 2,54cm, impresso em formato de livreto, 21cm altura por 15cm de largura, com capa azul escuro, contendo figuras/ilustrações coloridas em todo o caderno para facilitar a visualização. O material encontra-se anexado no presente trabalho para consulta posterior (Apêndice 1-versão digital).

Avaliação do Caderno

O material foi submetido a uma avaliação técnica, em conformidade com propostas apontadas na literatura sobre construção de material educativo os quais avaliaram itens como, adequação das informações, pertinência do conteúdo, motivação para aplicabilidade, layout,

linguagem, atratividade e organização (Torres et al., 2009; Reberte et al., 2012; Oliveira et al., 2014).

No trabalho de Torres et al. (2009), a avaliação do material foi realizada por meio de um questionário semi-estruturado sobre os aspectos relacionados à organização, estilo de escrita, aparência e motivação das cartilhas.

A avaliação do caderno no presente trabalho foi realizada por meio de questionário contendo em 26 itens divididos entre 5 tópicos: 1) aparência (layout/formatação), 2) ilustrações; 3) conteúdo; 4) motivação e 5) aplicabilidade, por juízes independentes (Apêndice 2). Os dados da avaliação mencionada estão dispostos na Tabela 8.

Os juízes selecionados por conveniência para participaram da avaliação, no total de 15, foram separados em três grupos de cinco, cada, de acordo com a área de atuação: grupo 1 (educação infantil); grupo 2 (alimentação infantil); grupo 3 (psicologia).

No trabalho de Oliveira et al. (2014), na seleção dos juízes, foram considerados enfermeiros com experiência assistencial e/ ou docência e/ou pesquisa, nas áreas: saúde da mulher (gestação – pré-natal), saúde coletiva e educação em saúde. A busca por juízes ocorreu por conveniência, via indicação de especialistas na área de saúde da mulher, sendo 22 juízes convidados para participar do estudo. Reberte et al. (2012), utilizou metodologia semelhante para seleção de peritos.

TABELA 8

Índice de Validade de Conteúdo (CVI), em porcentagens por grupo de juizes sobre os itens do caderno

Tópicos	Grupos	I-CVI% Grupo1	I-CVI% Grupo2	I-CVI% Grupo3	Total Acordos	I-CVI% Total
1. Formatação						
Capa		80	60	80	11	73,33
Layout		80	60	60	10	66,66
Divisão		80	60	100	13	86,66
Tamanho da fonte		100	80	80	13	86,66
Tipo da fonte		100	80	80	13	86,66
Cores utilizadas		100	60	60	11	73,33
Qualidade das figuras		80	60	60	10	66,66
Legendas (quadros)		80	80	80	12	80
Quantidade de páginas		80	60	100	12	80
S-CVI média		86,67	66,67	77,77		77,80
2. Ilustrações						
Didáticas		100	60	100	13	86,66
Necessárias		80	80	100	13	86,66
Composição visual		80	80	80	12	80
Atratividade		80	60	100	12	80
Organização		100	80	80	12	80
Quantidade		80	80	100	14	93,33
Adequação das ilustrações		100	80	80	13	86,66
S-CVI média		88,57	74,29	91,42		84,8
3. Conteúdo						
Temas propostos		100	100	100	15	100
Textos compreensivos		100	100	100	14	93,33
Adequação das informações		100	60	80	13	86,66
Vocabulário claro e objetivo		80	100	100	12	80
Referências utilizadas		80	100	80	13	86,66
S-CVI média		92	92	92		89,33
4. Motivação						
Título desperta interesse		80	60	100	12	80
Capa desperta interesse		100	60	80	12	80
Ilustrações e textos		100	80	80	13	86,66
S-CVI média		90,00	66,67	86,66		82,22
5. Aplicabilidade						
Identificação do profissional		80	80	100	13	86,66
Aplicabilidade		80	100	100	14	93,33
S-CVI média		80	90	100		90
S-CVI / AVE		100	57,69	84		80,56
S-CVI média		87,45	77,92	89,57		84,82

Nota: I-CVI (*Level Content Validity Index*); S-CVI/AVE (*Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method*); S-CVI (*Scale-Level Content Validity*).

De acordo com as notas atribuídas pelo Grupo 1 (educação infantil), aos itens do material, todos os tópicos da avaliação apresentaram Índice de Validade de Conteúdo – CVI, acima do esperado com proporção de 100% e média da proporção de 87,45%. Para o Grupo 2 (alimentação infantil), os tópicos de Formatação e Motivação foram avaliados abaixo do esperado, entretanto, os tópicos Ilustrações, Conteúdo e Aplicabilidade obtiveram índice aceitáveis. A proporção geral foi de 57,69% e a média da proporção esteve em 77,92%. Ressalta-se para esse Grupo, a presença de um juiz (Juiz7) que fez uma contribuição mais rigorosa por possuir experiência adicional com design e marketing digital, o que proporcionou correções mais precisas e profissionais a respeito da Formatação (layout, letras, figuras etc.), posteriormente incorporadas ao caderno. O Grupo 3 (psicologia), apresentou semelhança de resultados ao Grupo 1, com Índice de Validade de Conteúdo acima do esperado para todos os tópicos, com proporção entre os itens de 84% e média da proporção de 89,57%, entretanto, foi mais crítico em relação ao tópico de Formatação. O referido tópico apresentou mais falhas visto a maior dificuldade e complexidade para sua formulação, que geralmente é realizada por profissionais específicos da área de tecnologia e afins.

O *Level Content Validity Index* – I-CVI, que indica o número de juízes que avaliaram cada item como muito bom e ótimo, demonstra que dentre os 15 juízes pertencentes a somatória dos três grupos de avaliadores, mais do que 75% consideraram os tópicos como validados, sendo o tópico com menor média a Formatação (77,80%) e o de maior, o de Aplicabilidade (90%), seguido pelo de Conteúdo (89,33%), Ilustração (84,8%) e Motivação (82,22%). No total, a proporção entre os itens foi de 80,56% e a média da proporção de 84,82%. Os itens específicos com maior prejuízos entre os avaliadores foram: ‘layout’ e ‘qualidade das figuras’ (66,66%), e o de melhores resultados: ‘quantidade de ilustrações’, ‘textos compreensivos’ e ‘aplicabilidade do material’ com média de 93,33% dos juízes que

avaliaram os respectivos itens com validade. As notas atribuídas bem como os Índice de Validação por cada juiz e nos diferentes Grupos estão dispostos nos Apêndices 3, 4 e 5 do presente trabalho.

Com relação a avaliação geral do material pode-se observar que o Índice de Concordância – IC entre os juízes foi acima de 75%. E, para a maior parcela dos tópicos e itens avaliados, com relação ao Índice de Validade de Conteúdo – CVI, os escores obtidos também estiveram acima do mínimo estabelecido para o presente estudo.

Pesquisa semelhante foi realizada por Oliveira et al. (2014), com análise quantitativa da avaliação de conteúdo e aparência da cartilha para gestantes. Os resultados demonstraram que a média da proporção S-CVI foi de 0,93 e a média de validação por item I-CVI foi de 0,91, ou seja, maior que 0,80, considerando-se dessa forma, de acordo com a metodologia utilizada, validado o material educativo: ‘Alimentação Saudável com Alimentos Regionais’. A cartilha foi portanto considerada relevante, apresentando-se como novo material de ensino nas atividades de educação em saúde, com o objetivo de motivar a gestante à alimentação saudável.

Revisão do Caderno

Além dos itens do questionário, comentários e sugestões foram agrupados de acordo com categorias semânticas das frases e por domínios dos itens do instrumento (Tabela 9). Posteriormente, esses comentários foram analisados e considerados sendo que sua maior parte foi incorporada na revisão do caderno.

TABELA 9

Comentários e sugestões feitas pelos juizes na avaliação técnica do caderno

Domínio	Comentários
Layout	<ul style="list-style-type: none"> -Aumentar o tamanho da letra se possível; -Rever espaçamento entre palavras; -Recentralizar o título; -Não deixar somente uma palavra na frase; -Clarear ou excluir marca d'água; -Evitar textos curtos numa página, para ocupar a página toda; -Corrigir posição da numeração de página; -Corrigir posição da página de separação entre os capítulos; -É necessário cuidado ao extrair textos da internet porque além de desconfigurarem ao serem transportados para o word, não permitem muitas vezes uma adequada formatação. Algumas citações não foram bem realizadas nesse sentido, por isso, o layout ficou em alguns momentos comprometido; -O ideal seria tentar padronizar a letra, o tamanho e o formato do corpo do texto; -Poderia ser dividido em 3 encadernações separadas: crianças, família e escola; -O Caderno apresenta um formato atrativo está bem organizado e ilustrado de forma adequada.
Ilustrações	<ul style="list-style-type: none"> -Recentralizar figuras e legendas; -Algumas imagens precisam de reconfiguração para ficarem mais legíveis; -Não achatar as imagens; -Usar a mesma configuração para todas as formas de balões inseridos; -Diminuir o texto e inserir figuras auto explicativas
Título e Termos utilizados	<ul style="list-style-type: none"> -Substituir o nome “caderno” por Manual ou Guia de procedimentos que contribuam para a mudança de comportamento alimentar de alunos (definir intervalo de idades); -O termo “escolares” não está muito definido; -Alteração do título para “Ações educativas para educação nutricional de escolares”; -Termo ensino infantil e séries estão incorretos, devem ser alterados para educação infantil e turmas, respectivamente; -O título do caderno está de acordo com a proposta mas na apresentação o texto diz que destina-se as escolas do ensino infantil, que seria de 0 a 5 anos. Acredito que a proposta se encaixe melhor para crianças da 2º ou 3º série, trocaria “escolas do ensino infantil” para “escolas do ensino fundamental”.
Aplicabilidade do material	<p><i>O caderno traz uma sequência muito bem elaborada e material muito rico, para que as escolas possam implementar programas de Educação Alimentar e Nutricional. Quanto ao conteúdo, está completamente adequado e atende ao que se propõe. Excelente trabalho;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -O material foi muito bem planejado, está bem dividido, auto explicativo e será muito útil; -No geral os conteúdos são bem interessantes. Em se tratando de informação alimentar para crianças o caderno está bem explicativo e funcional. As sugestões apresentadas para mudança de comportamento familiar são bastante relevantes, principalmente as que sugerem uma vida menos sedentária e com mais lazer; -As atividades práticas associadas às de escrita/papel estão bem integradas. -É um material muito valioso nas escolas e na vida de cada família; -Este caderno está totalmente apropriado para o objetivo que está proposto, com atividades e explicações na medida adequada, por isso, minha sugestão é que não ocorra nenhuma mudança nele; - O caderno foi bem desenvolvido e será um facilitador para o proposto apresentado; -Apresenta linguagem clara e pode ser usado como um manual de orientações.

Conteúdo	<p><i>-Senti falta da voz autoral como articuladora do material, é interessante que possa dialogar mais com os textos extraídos das pesquisas;</i></p> <p><i>-As atividades com jogos são muito importantes para a aprendizagem e sugiro que sejam ampliadas;</i></p> <p><i>-É necessário que correção ortográfica seja realizada antes de impressão, pois o caderno apresenta alguns problemas de espaçamento, vírgulas, acentuação e concordância, que apesar de não comprometerem o entendimento do assunto precisam ser criteriosamente revistos;</i></p> <p><i>-Todos só temos a ganhar com esse material, devido a contribuição a comunidade;</i></p> <p><i>-Entendo a importância de um trabalho voltado para uma alimentação adequada, principalmente para as crianças, afinal a pratica alimentar correta conduzirá a um adulto, possivelmente, com uma alimentação voltada para a adequação e se tornará um ciclo de práticas corretas;</i></p> <p><i>-Quando a criança aprende a preparar seus alimentos, com a orientação de um adulto, isso acaba a estimulando e quebrando o “medo” de experimentar novos sabores, e isso é algo que achei interessante no material analisado, tornando-o atrativo aos educandos;</i></p> <p><i>-Realmente gostei muito do material apresentado, acredito que as informações relacionadas à saúde são bem apropriadas e importantes, principalmente as relacionadas à obesidade infantil, pois como educadora vivemos várias situações de conflito relacionadas a esta questão;</i></p> <p><i>-Nossas crianças precisam de incentivo à Alimentação Saudável, uma vez que demonstram muito interesse em alimentos que não fazem bem à saúde e uma parceria entre Nutricionistas e Educadores possibilita estratégias que favoreçam a alimentação saudável de forma prazerosa;</i></p> <p><i>-Projeto muito interessante, necessário e rico em benefícios;</i></p> <p><i>-Buscar referências mais atualizadas.</i></p>
----------	--

Os comentários apresentados pelos juízes foram levados em consideração, e contribuíram significativamente para o enriquecimento do material, visto que quase todas os apontamentos foram agrupados e trouxeram uma mesma opinião de determinados itens, como por exemplo no caso da Formatação (layout), onde foram ajustados tamanho de letra, espaçamento, quadros, figuras e cores etc., para uma melhor visualização e compreensão do material.

Alguns Títulos, Termos e Ilustrações também foram corrigidos com o objetivo de proporcionar maior entendimento e visibilidade do material pelo público alvo. Com relação ao Conteúdo e Aplicabilidade, foram apresentados comentários positivos e dessa forma não foram feitas modificações considerando tais categorias.

No estudo de Torres et al. (2009), a adequação da linguagem científica para uma linguagem acessível ao público-alvo e a seleção de figuras didáticas e chamativas foram apontadas como dificuldades na elaboração da cartilha, requerendo adaptações.

Pesquisa de Reberteet al. (2012), no processo de validação por peritos, as sugestões relacionadas à informação, à linguagem e ao vocabulário foram fornecidas, sendo que as mesmas foram copiladas num quadro. Os peritos sugeriram a reformulação e a exclusão de informações, além de adaptações das ilustrações e do vocabulário. As sugestões foram seguidas, considerando o critério editorial e as perspectivas científicas.

Resultados similares foram analisados no estudo de Oliveira (2014), os quais com base em pesquisa teórica elaboraram o material educativo sobre alimentação para gestantes. Ressaltaram que os juízes forneceram informações relevantes para modificação de escrita e ilustrações, sendo que a partir das mesmas os pesquisadores avaliaram e incorporam tais correções na cartilha. Relataram ainda, que 100% dos juízes concordaram com a aplicabilidade do material educativo para a prática clínica do enfermeiro.

CONCLUSÕES

Dados da literatura pertinente demonstram que é crescente o número de crianças obesas no Brasil e no mundo, principalmente em países em desenvolvimento onde observa-se nas últimas décadas uma mudança significativa no comportamento alimentar das famílias, que passaram a consumir mais alimentos industrializados, comer fora de casa em fast-foods, ter hábitos mais sedentários como jogos eletrônicos, computador, tabletes, smarthfone, e conseqüentemente uma maior exposição das crianças a propaganda de alimentos. Esses fatores impactaram o modo como as famílias se alimentam, sendo que sentar à mesa, comer em família, cozinhar, consumir alimentos frescos, ir à feiras e parques, possuir hortas, têm sido deixados de lado.

Com isso, as doenças crônicas não transmissíveis têm ganhado território principalmente entre as crianças, e um aumento significativo dos gastos no sistema público de saúde. Nesse cenário um trabalho de força tarefa e cooperação mútua se faz mais do que necessário e urgente.

De acordo com as recomendações nacionais e internacionais não só a família mas a escola também possuem papel fundamental na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, documentos e legislações recomendam a regulação do marketing para crianças, a diminuição da exposição da criança a televisão, o aumento do consumo de alimentos frescos e diminuição do consumo de alimentos industrializados/fast foods, o estímulo à práticas de atividades recreativas e o bom convívio familiar.

Apesar de existirem diversas propostas de trabalhos sobre educação nutricional nas escolas, na prática sabe-se que a maioria não é aplicada, e quando o são preconizam principalmente o caráter assistencialista a aspectos comportamentais. Entretanto, no contexto

social atual de vivência, os determinantes do padrão alimentar, a influência da mídia de alimentos, as questões relativas a segurança alimentar de um modo geral, interação familiar, a importância do contexto escolar e cooperação da família devem ser enfatizados e englobados nesses projetos para que se possam ter melhores resultados com a mudança do comportamento alimentar, em especial das crianças.

Ainda assim, o ambiente escolar configura-se num local propício ao desenvolvimento desses conceitos, os quais podem e devem ser trabalhados com ações conjuntas voltadas à promoção da alimentação saudável na escola em parceria com a família e apoio de órgãos públicos. São considerados contextos onde se deve adequar o cardápio, a cantina, a estrutura curricular, o acompanhamento nutricional e atendimento individualizado, e transmitidas informações aos pais e estímulos à participação da família em atividades sobre alimentação.

Diante dessas premissas a elaboração do caderno no presente trabalho envolveu algumas etapas para fundamentar o material, no sentido de torná-lo um instrumento de atividades dentro do ambiente escolar, enfocando os vários aspectos do comportamento alimentar na infância àqueles meramente nutricionais ou fisiológicos.

Na revisão bibliográfica foram selecionados um total de 109 documentos, sendo que dados demonstram maior número de documentos classificados na modalidade de artigos científicos, em relação as demais obras publicadas. Tais resultados podem estar relacionados ao desenho metodológico e as próprias fontes escolhidos para esta investigação. Maior concentração dos anos de publicação se deu entre 2012 a 2017, representando mais da metade das referências.

Com relação ao conteúdo, foram encontrados diversos temas como comportamento e cultura alimentar, elaboração de material didático, práticas alimentares na infância, propaganda de alimentos, educação nutricional, desenvolvimento cognitivo de crianças,

impacto da alimentação na saúde, obesidade infantil em escolares, alimentação escolar, legislações, relatórios e manuais, recomendações e diretrizes sobre publicidade de alimentação na infância e no ambiente escolar.

As referências exploradas no presente estudo, deram base para a elaboração de um modelo de Caderno a ser utilizado por escolas de educação infantil, contendo os conceitos mencionados a partir da revisão sistematizada, além da vivência no ambiente escolar segundo princípios da metodologia freiriana, em escola de educação infantil, onde os contextos deste foram observados para posterior adaptação das atividades sugeridas no caderno.

O Caderno foi dividido em três capítulos com instruções para ações sobre comportamento alimentar, voltadas às crianças, à família e à escola, no total de 71 páginas impressas em formato de livreto ilustrado.

Com relação a avaliação geral do caderno, esta foi realizada em conformidade com propostas apontadas na literatura sobre construção de materiais educativos. Os itens apreciados foram, adequação das informações, pertinência do conteúdo, motivação para aplicabilidade, layout, linguagem, atratividade e organização, por juízes independentes, distribuídos em três grupos de especialistas a temática. Pode-se observar que o Índice de Concordância – IC entre os juízes foi acima de 75%, e que os escores obtidos para a maior parcela dos tópicos e itens avaliados, com relação ao Índice de Validade de Conteúdo – CVI (S-CVI-AVE e S-CVI), também estiveram acima do mínimo estabelecido para o presente estudo. Comentários e sugestões foram agrupados de acordo com categorias semânticas das frases e por domínios dos itens do instrumento. Posteriormente, foram analisados e considerados, sendo que sua maior parte foi incorporada na revisão do Caderno.

Conclui-se que a elaboração do caderno se demonstrou efetiva em seu aspecto geral, uma vez que atingiu índice acima do estipulado para a satisfação de validade com destaque para aplicabilidade, conteúdo, ilustrações e motivação de uso.

Apesar de sua importância, significado e resultado positivos, a elaboração e construção destematerial constituiu-se em amplo esforço e dedicação especializados para sua efetivação, uma vez que fundamentações de bases científicas, associadas a experiência profissional são requeridas.

Para que se possa chegar a resultados práticos favoráveis a estes propósitos, são necessários instrumentos mediacionais práticos, de fácil entendimento e que motivem os diferentes atores em direção à mudanças de hábitos e instalação de comportamentos saudáveis, como são as apostilhas, manuais e os cadernos específicos para tal.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA (2007). Projeto de lei nº1637, de 2007. Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (2011). Recomendações sobre a promoção de alimentos e bebidas não alcoólicas para crianças, 36p.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (2010). Resolução nº 24 de 15 de Junho de 2010. Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.
- Albuquerque, O. M. R., Martins, A. M., Modena, C. M. & Campos, H. M.. (2014). Percepção de estudantes de escolas públicas sobre o ambiente e a alimentação disponível na escola: uma abordagem emancipatória. *Saúde e Sociedade*, 23(2), 604-615. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000200020>.
- Aves, J. A., Amara, J. L., Santos, M. O., Paiva, J. B., Magalhães, L. M. & Santos, L. A. S. (2011). As relações do corpo, o comer e a comida no cotidiano de sujeitos das camadas populares de Salvador-BA. XI Congresso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 7-10 de agosto de 2011, 1-12.
- Amorim, N. F. A., Schmitz B. A. S., Rodrigues M. L. C. F., Recine E. G. I., & Gabriel C. G. (2012). Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. *Revista de Nutrição*, 25(2), 203-217. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000200003>.

- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA) (2014). Credibilidade que alimenta o mercado, 138p. Disponível em <https://www.abia.org.br/vsn/anexos/livro50anosABIA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- Azevedo, E. (2017). Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Revista Sociologias*, 19(44), 276-307. <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004412>.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2014). Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais, 186p. Acesso em 30 agosto de 2016 em http://bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Galeria_Arquivos/boletim_perspectivas_julho2015C.pdf>..
- Batista, M. S. A., Mondini, L. & Jaime, P. C. (2017). Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 569-578. <https://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300014>.
- Bissoli, M. F. (2014). Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 587-597. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722163602>.
- Boog, M. C. F. (2008). Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Revista Ciência & Saúde*, 1(1), 33-42. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/viewFile/3860/2932>.
- Borges, E. M., Santos, D. R., Silva, J. L., Santos, S. S. & Magalhães, E. M. (2015). Percepção dos hábitos alimentares dos estudantes de uma escola de ensino fundamental do município de Jaciara- MT. *REMOA*, v.14, Ed. Especial UFMT, 89-100. <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/20440>.

- Borsoi, A. T., Teo, C. R. P. A. & Mussio, B. R. (2016). Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa. *Revista Ibero-Americana de estudos em Educação*, 11(3), 1441-1460. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.7413>.
- Braga, V. (2004). Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. *Saúde em Revista*, 6(13), 37-44. http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=3387.
- Brasil (2006a). Lei nº 1010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
- Brasil (2006b). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 18 set.
- Brasil (2009). Governo Federal. Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Brasil (2010). Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 5 fev.
- Camozzi, A. B. Q., Monego, E. T., Carvalho, I. H., Menezes, F. & Silva, P. O. (2015). Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?. *Caderno de Saúde Coletiva*, 23(1), 32-7. <https://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500010006>.
- Cardoso, S., Santos, O., Nunes, C. & Loureiro, I. (2015). Escolhas e hábitos alimentares em adolescentes: associação com padrões alimentares do agregado familiar. *Revista Portuguesa*

de Saúde Pública, 33(2), 128–136.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902515000085>.

Carvalho, M. C. V., Luz, M. T. & Prado, S. D. (2011). Comer alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica, *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (1), 155-163.

<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100019>.

Cavicchia, D. C. (2010). Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida. 14p. Acessado em 7 de novembro de 2015 em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/224>.

Center for a New American Dream, (2016). Crianças sem marca: dicas para os pais que vivem em uma cultura de consumo, 68p. <https://newdream.org/>.

Cervato, M. A. M., Westphal, M. F., Araki, E. L. & Bógus, C. M. (2013). O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(3), 324-330. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822013000300008>.

Coelho, D. E. P., & Bógus, C. M. (2016). Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 761-770. <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016149487>.

Colomé, J. S. & Oliveira, D. L. L. C. (2012). Educação em saúde: por quem e para quem? A visão de estudantes de graduação em enfermagem. *Revista Texto & Contexto - Enfermagem*, 21(1), 177-184. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000100020>.

Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA). (2012). Recomendação do CONSEA nº 013/2012. Recomenda aos Exmos. Deputados Federais que aprovem o Projeto de Lei nº 1.637/2007 e seus apensados que propõem a regulação da publicidade de alimentos, tendo em vista que informar a população sobre os riscos relacionados ao consumo excessivo de alimentos não saudáveis significa abraçar a responsabilidade de oferecer um ambiente favorável à vida e à saúde da população.

- Conselho Federal de Nutrição (2005). Resolução CFN nº380/2005; Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos e da outras providências. Brasília, 45p.
- Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (2014), Secretaria dos Direitos Humanos. Resolução nº 163 de 13 de Março de 2014. Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica para crianças e adolescentes.
- Costa, C. N., Capelli, J. C. S., Rocha, C. M. M. & Monteiro, G. T. R. (2017). Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(3), 348-354. <https://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201700030249>.
- Costa, C. S., Flores, T. R., Wendt, A., Neves, R. G., Assunção, M. C. F. & Santos, I. S. (2018). Comportamento sedentário e consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2015. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), 1-12. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00021017>.
- Couto, S. F., Madruga, S. W., Neutzling, M. B. & Silva, M. C. (2014). Frequência de adesão aos "10 Passos para uma Alimentação Saudável" em escolares adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(5), 1589-1599. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.21392013>.
- Dutra, G.F.,Kaufmann, C. C., Pretto A. D. B. & Albernaz, E. P. (2016). Sedentary lifestyle and poor eating habits in childhood:a cohort study. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(4), 1051-1059. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015214.08032015>.
- Fernandes, A. G. S., Fonseca, A. B. C. & Silva, A. A. (2014). Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(1), 39-48. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014191.1711>.

- Ferreira, J. O., Jardim, Paulo C. B. V. & Peixoto, M. R. G. (2013). Evaluation of project promoting health in adolescents. *Revista de Saúde Pública*, 47(2), 257-265. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004120>.
- Figueiredo, E. B. L., Gouvêa, M. V., Cortez, E. A., Santos, S. C. P., Alóchio, K, V. & Alves, L. M. S. (2017). Dez anos da educação permanente como política de formação em saúde no brasil: um estudo das teses e dissertações. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 15(1), 147-162. <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00036>.
- Fiore, E. G., Jobstraibizer, G. A., Silva, C. S. & Cervato, M. A. M. (2012). Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do ensino fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. *Saúde e Sociedade*, 21(4), 1063-1074. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000400023>.
- Flores, M. L. (2017). A relação entre obesidade infantil e publicidade de alimentos com baixo teor nutricional: uma análise à luz do princípio da proteção integral da criança. *Revista Curso Dir. UNIFOR-MG*, 8(2), 40-62. <https://doi.org/10.24862/rcdu.v8i2.556>.
- Fogaça, L. M. P., Oliveira, D. S. & Oliveira, T. (2014). Análise das propagandas de alimentos e a influência na obesidade infantil. *Interciência e Sociedade*, 3(2), 9-16. http://fmpfm.edu.br/intercienciaesociedade/colecao/impressa/v3_n2/analise_propagada.pdf
- Fonseca, L. M. M., Scochi, C. G. S., Rocha, S. M. M. & Leite, A. M. (2004). Cartilha educativa para orientação materna sobre cuidados com o bebê prematuro. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(1), 65-75. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000100010>.
- Freitas, M. C. S., Pena, P. G. L., Fontes, G. A. V., Silva, D. O., Santos, L. A., Mello, A. O. & Almeida, M. D. (2008). Uma leitura humanista da nutrição. In Freitas, M. do C. S., Fontes, G. A. V. & Oliveira, N. *Escritas narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA, 208-215. <https://doi.org/10.7476/9788523209131>.

- Gallo, S. K. A. M. (2011). *Comportamento alimentar e mídia influencia da televisão no consumo alimentar de crianças do agreste meridional de Pernambuco, Brasil*. (Monografia de Conclusão de Curso). São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 192p.
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-11042011-084708/pt-br.php>.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gomes, K. E. P. S., Costa, M. C. O., Vieira, T. de O., Matos, S. M. A. & Vieira, G. O. (2017). Padrão de consumo alimentar e obesidade em pré-escolares, Feira de Santana, Bahia. *Revista de Nutrição*, 30(5), 639-650. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-98652017000500009>.
- Gusson, L. L. S., Feijó, M. R., Chaves, U. H. Valerio, N.I. (2014). Prevenção da obesidade infantil: perspectiva sistêmica novo-paradigmática: *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 50(12), 89-100.
<http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/download/93/83>.
- Henriques, I. V. M. (2010). Controle social e regulação da publicidade infantil. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4(4), 72-84.
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/649/1297>.
- Henriques, P., Dias, P. C., & Burlandy, L. (2014). A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. *Caderno Saúde Pública*, 30(6), 1219-1228.
<https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00183912>.
- Henriques, P., Sally E. O., Burlandy L. & Beiler, R. M. (2012). Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(2), 481-490. <https://scielosp.org/pdf/csc/2012.v17n2/481-490/pt>.
- Instituto Alana “Criança e Consumo” (2016). Caderno legislativo: Análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, 173p.

- Juzwiak, C. R., Castro, P. M. & Batista, Silva. S. H. S. (2013). A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1009-1018. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400014>.
- Klotz, S. J., Prado, S. D. & Seixas, C. M. (2016). Comportamento alimentar no campo da alimentação e nutrição: do que estamos falando?. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26(4), 1103-1123. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000400003>.
- Leme, A. C. B. & Philippi, S. T. (2012). Estratégias de intervenção nutricional para adolescentes: conhecimentos percepções e motivações. *Nutrição em Pauta*, 20(115), 41-47.
- Leonardo, M. (2009). Antropologia da alimentação. *Revista Antropos*, 2(3), 1-6. http://revista.antropos.com.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=19:artigo-1-antropologia-da-alimentacao&catid=4:numero-03-dezembro-de-2009&Itemid=13.
- Lima, R. S., Neto, J. A. F. & Farias, R. C. P. (2015). Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*, 10(3), 507-522. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16072>.
- Locatelli, N. T., Canella, D. S. & Bandoni, D. H. (2017). Fatores associados ao consumo da alimentação escolar por adolescentes no Brasil: resultados da PeNSE 2012. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(4). <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00183615>.
- Maciel, M. E. D. (2009). Educação em saúde: conceitos e propósitos. *Cogitare Enfermagem*, 14(4), 773-6. <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/download/16399/10878>.
- Madrugá, S. W., Araújo, C. L. P., Bertoldi, A. D. & Neutzling, M. B. (2012). Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência. *Revista de Saúde Pública*, 46(2), 376-86. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000016>.

- Marins, B. R., Araújo I. S. & Jacob, S. C. A. (2011). Propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(9), 3873-3882. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001000023>.
- Mattos, M. C., Nascimento, P. C. B. D., Almeida, S. S. & Costa, T. M. B. (2010). Influência de propagandas de alimentos nas escolhas alimentares de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(3), 34-51. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n3/v12n3a04.pdf>.
- Mayer, A. P. F. & Weber, L. D. (2013). A influência da escola na alimentação e na atividade física da criança. *Revista Caminhos da Educação*, 1(5), 1-19. <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/682>.
- Mazzocante, R. P., Moraes, J. F. V. N. & Campbell, C. S. G. (2012). Gastos públicos diretos com a obesidade e doenças associadas no Brasil. *Revista de Ciências Médicas*, 21(1-6),25-34. <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/view/1869>.
- Medeiros, G. R. F., Nascimento, A. B. & Kuntz, M. G. F. (2012). Aquisição e ingestão de lanches e guloseimas por escolares: relação com a exposição à televisão e o tipo de escola. *Nutrição em Pauta*, 20(115), 49-53.
- Melo, K. M., Cruz, A. C. P., Brito, M. F. S. F. & Pinho, L. (2017). Influência do comportamento dos pais durante a refeição e no excesso de peso na infância. *Escola Anna Nery, on line*, 21(4), 1-6. <https://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0102>.
- Melo, M. N. T., Franco de Sá, R. M. P. & Melo Filho, D. A. (2016). Sustentabilidade de um programa de alimentação escolar bem-sucedido: estudo de caso no Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1899-1908. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.08752016>.
- Minayo, M. C. de S. (2008). Técnicas de análise de material qualitativo. In Minayo (ed.), *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. (11ª ed.), 303-360. São Paulo, SP: Hucitec.

- Ministério da Educação (2007). *Significado da alimentação e nutrição: alimentação e nutrição no Brasil*. Curso de formação para os funcionários de Educação, 93p. Brasília, DF.
- Ministério da Educação (2013). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
- Ministério da Saúde (2004). 57ª Assembleia mundial de saúde, 22 de maio de 2004. Tradução não oficial realizada pela CGPAN/MS da “Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde”, 23p.
- Ministério da Saúde (2007). Regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil: experiências estaduais e municipais. 72p. Brasília, DF.
- Ministerio da Saúde (2009). Caderno de atenção básica nº23 saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar, 111p. Brasília, DF.
- Ministério da Saúde (2010). Manual das cantinas escolares saudáveis promovendo a alimentação saudável, 59p. Brasília, DF.
- Ministério da Saude (2011). Conferência estadual de saúde. Documento orientativo do tema estadual: alimentação saudável. Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso- Área técnica de Alimentação e Nutrição. Acessado em 7 de novembro de 2015 em: <http://www.saude.mt.gov.br/pesquisa>.
- Ministério da Saúde (2012). Política nacional de alimentação e nutrição. 1º ed., 88p. Brasília, DF.
- Monteiro, L. S., Rodrigues, Paulo, R. M., Veiga, G. V., Marchioni, D. M. L. & Pereira, R. A. (2016). Diet quality among adolescents has deteriorated: a panel study in Niterói, Rio de Janeiro State, Brazil, 2003-2008. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(12), 1-10. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00124715>.

- Moura, N. C. (2010). Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 17(1), 113-122. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634805>.
- Moura, L. R. C. Veiga, R. T. Cunha, N. R. S. & Moura, L. E. L. (2012). A teoria do comportamento planejado e sua modificação com a inclusão do comportamento passado: um estudo sobre o comportamento de tentar perder peso. *Perspectiva, Erechim*. 36(136), 167-179. http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_317.pdf.
- Nascimento, A. B. (2007). *Comida: prazeres, gozos e transgressões*. Salvador: EDUFBA. 290p. <https://doi.org/10.7476/9788523209070>.
- Organização Panamericana da Saúde (2012). Recomendações da consulta de especialistas da organização Pan-Americana da saúde sobre a promoção e a publicidade de alimentos e bebidas não alcoólicas para crianças nas américas, 30p. Washington, EUA.
- Oliveira, C. S., Lopes, M. V. O. & Fernandes, A. F. C., (2014). Construção e validação de cartilha educativa para alimentação saudável durante a gravidez. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 22(4),611-620.
- Oliveira, K, S. (2008). Avaliação do material didático do projeto “Criança saudável - educação dez”, ano 2005. *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 12(25), 401-10. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000200014>.
- Pedraza, D. F., Melo, Nadinne L. S., Silva, F. A. & Araujo, E. M. N. (2018). Avaliação do programa nacional de alimentação escolar: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(5), 1551-1560. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018235.17832016>.
- Pellerano, J. (2012). A mesa com o historiador: resenha do livro “ comida como cultura”. *Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade*. 1(2), 65-69.

http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wpcontent/uploads/2013/04/Revista_Vol1_N265a69.pdf.

- Peratello, H. (2011). O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo. *Revista: História, Questões & Debates*, 1(54), 287-290. <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/25765/17205>.
- Pereira, M. M., Rodrigues, P. F., Santos, N. C. C. B., Vaz, E. M. C., Collet, N. & Reichert, A. P. S. (2017). Educação em saúde para famílias de crianças/adolescentes com doença crônica. *Revista Enfermagem UERJ*, v25, 1-6. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.4343>.
- Petty, M., Figueiredo, M., Koritar, P., Deram, S. & Pascoal, C. (2015). Nutrição comportamental no atendimento de crianças e adolescentes. In Alvarenga, M., Figueiredo, M., Timernan, F. & Antoniacchio, C. *Nutrição comportamental*, 413-444. São Paulo: Manole.
- Pietruszynski, E. B., Albiero, K. A., Pöpper, G. & Teixeira, P. F. (2010). Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta. *Revista Teoria e Prática da Educação*, 13(2), 223-229. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/15348/8237>.
- Pimentel, A. (2005). *Nutrição psicologia: desenvolvimento emocional infantil*. São Paulo: Summus, 166p.
- Prodanov, S. S. & Cimadon, H. M. S. (2016). A influência da publicidade nos hábitos alimentares de crianças em idade escolar. *Revista Conhecimento Online*, 8(1), 3-12. <http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/366/412>.
- Quaiote, C. B. & Alemida, S. S. (2006). Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para obesidade. *Psicologia USP*, 17(4), 193-211. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642006000400011>.

- Ramos, D. C. & Coelho, T. C. B. (2017). Representação social de mães sobre alimentação e uso de estimulantes do apetite em crianças: satisfação, normalidade e poder. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(2), 233-254. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000200004>.
- Ramos, F. P., Santos, L. A.S. & Reis, A. B. C. (2013). Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(11), 2147-2161. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00170112>.
- Raphaelli, C. O., Passos, L. D. F., Couto, S. F., Helbig, E. & Madruga, S. W. (2017). Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. *Brazilian Journal of Food Technology*, 20, 1-9. <https://dx.doi.org/10.1590/1981-6723.11216>.
- Reberte, L.M., Hoga, L.A. K. & Gomes A. L. Z. (2012). O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 20(1), 1-8. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692012000100014>.
- Rocha, A. S. & Facina, V. B. (2017). Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares. *Ciência & Educação (Bauru)*, 23(3), 691-706. <https://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170030010>.
- Rocha, C. P. V. (2010). Comida identidade e comunicação: A comida como eixo estruturador de identidades e meio de comunicação. *Revista de Recensões de Comunicação e Cultura*. 1-7. Acessado em 7 de novembro de 2015 em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-carla-comida-identidade-e-comunicacao.pdf>.
- Romanelli, G. (2006). O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*, 39(3), 333-339. Acessado em 7 de novembro de 2015 em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v39i3p333-339>.

- Ruschel, L. F., Henn, R. L., Backes, V., Melo, P., Marques, L. A. S. & Olinto, M. T. A. (2016). Insegurança alimentar e consumo alimentar inadequado em escolares da rede municipal de São Leopoldo, RS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2275-2286. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.00742015>.
- Santos, F. R. (2008). Práticas alimentares em Ilha de Maré, Salvador, Bahia. In Freitas, M. do C. S., Fontes, G. A. V. & Oliveira, N. *Escritas narrativas sobre alimentação e cultura*, 17-36. Salvador: EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523209131>.
- Sevalho, G. (2018). O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(64), 177-188. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0822>.
- Silva, C. B. Kantorski, K. J. C., Motta, M. G. C. & Pedro, E. N. R. (2017). Atividades de educação em saúde junto ao ensino infantil: relato de experiência. *Revista Enfermagem UFPE*, 11(12), 5455-5463. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a22772p5455-5463-2017>.
- Silva, E. C. R. & Fonseca, A. B. (2009). Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no Brasil. *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, 12p. Acessado em 7 de novembro de 2015 em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/1694.pdf>.
- Silva, J. K., Prado, S. D. & Seixas, C. M. (2016). Comportamento alimentar no campo da alimentação e nutrição: do que estamos falando?. *Revista de Saúde Coletiva*, 26(4), 1103-1123.
- Schor, J. (2004). *Born to Buy: the commercialized child and the new consumer culture*. New York, Scribner, 275p.

- Souza, E. C. M. P. (2012). *Alimentação como cerimonia indispensável ao convívio humano*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, CELACC/ECA-USP, 1-13.
- Souza, M. C. C., Tibúrcio, J. D., Bicalho, J. M. F., Rennó, H. M. S., Dutra, J. S., Campos, L. G. & Silva, E. S. (2014). Fatores associados à obesidade e sobrepeso em escolares. *Revista Texto Contexto Enfermagem*, 23(3), 712-719. http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n3/pt_0104-0707-tce-23-03-00712.pdf.
- Sociedade Brasileira de Pediatria - Departamento Científico de Nutrologia (2012). *Lanche Saudável- Manual de Orientação*, 52p.
- Sociedade Brasileira de Pediatria (2016). Saúde de crianças e adolescentes na era digital. 1-13. <http://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/saude-de-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>.
- Ueda, M. H., Porto, R. B. & Vasconcelos, L. A. (2014). Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1),53-61. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000100007>.
- Vale, L.R., & Oliveira, M. F. A. (2016). Atividades lúdicas sobre educação nutricional como incentivo à alimentação saudável. *Revista Práxis, Ludicidade no Ensino de Ciências*, 8(1), 1017-115. <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/814>.
- Veloso, I. S. & Freitas M. C. S. (2008). *A alimentação e as principais transformações no século XX uma breve revisão*. In Freitas, M. do C. S., Fontes, G. A. V. & Oliveira, N. *Escritas narrativas sobre alimentação e cultura*, 10-16. Salvador: EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523209131>.
- Viana, V., Santos, P. L. & Guimarães, M. J. (2008). Comportamento e hábitos alimentares em crianças e jovens: uma revisão da literatura. *Revista Psicologia, Saúde & Doenças*, 9(2), 209-

231. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862008000200003&lng=pt&tlng=pt.

Vidal, G. M., Veiros, M. B. & Sousa, A. A. (2015). School menus in Santa Catarina: evaluation with respect to the National School Food Program regulations. *Revista de Nutrição*, 28(3), 277-287. <https://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000300005>.

Torres, H. C., Candido, N. A., Alexandre L. R. & Pereira, F. L. (2009). O processo de elaboração de cartilhas para orientação do autocuidado no programa educativo em Diabetes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(2), 312-316. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000200023>.

Tosatti, A. M., Ribeiro, L. W., Machado, R. H. V., Maximiniano, P., Bozzini, A. B. & Ramos, C. C. (2017). Fazer refeições em família tem efeito protetor para a obesidade e bons hábitos alimentares na juventude? Revisão de 2000 a 2016. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife*, 17 (3), 435-445. <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93042017000300002>.

Weber, A. P., Henn, R. L., Vicenzi, K., Backes, V., Paniz, V. M. V. & Olinto, M. T. A. (2015). Adesão aos "10 passos da alimentação saudável para crianças" e fatores associados em escolares. *Revista de Nutrição*, 28(3), 289-304. <https://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000300006>.

APÊNDICE 1

Caderno para Mudança de Comportamento Alimentar de Escolares

(versão digital)

APÊNDICE 2

Questionário para validação de material didático

Você está sendo convidado a participar da validação de um caderno para mudança de comportamento alimentar de escolares. A avaliação será feita em formato de escala de cinco pontos para questões abertas sobre os aspectos relacionados à formatação, figuras/ilustrações, conteúdo dos temas, motivação, aplicabilidade, e ainda há um espaço para que possa escrever suas sugestões e opinião geral sobre o caderno.

Responda considerando a seguinte escala: 1= ruim; 2= regular; 3= bom; 4= muito bom e 5=ótimo. Marque com um X o quadrante equivalente à resposta que lhe parece mais adequada.

QUESTÕES					
1. Formatação	1	2	3	4	5
Capa					
Layout					
Divisão					
Tamanho da fonte					
Tipo da fonte					
Cores utilizadas					
Qualidade das figuras					
Legendas (quadros)					
Quantidade de páginas					
2. Figuras/ilustrações	1	2	3	4	5
Didáticas					
Necessárias para compreensão dos conteúdos					
Composição visual					
Atratividade					
Organização					
Quantidade					

Adequação das ilustrações					
3. Conteúdo	1	2	3	4	5
Temas propostos					
Textos claros e compreensivos					
Adequação das informações, linguagem e ilustrações dos conteúdos, considerando a perspectiva dos leitores					
Conceitos mais importantes abordados com vocabulário claro e objetivo					
Referências utilizadas para consultas das atividades					
4. Motivação	1	2	3	4	5
Título desperta interesse					
Capa desperta interesse em conhecer a cartilha					
Ilustrações e textos motivam para compreensão do tema proposto					
5. Aplicabilidade	1	2	3	4	5
Permite identificação do profissional (nutricionista, pedagogo, professor, coordenador ...) com o texto para iniciativa no processo de aplicação do caderno na Instituição de Ensino					
Permite viabilidade para a aplicabilidade da cartilha educativa na prática dos profissionais da escola					

Sugestões

Opinião geral sobre o caderno

Nome do Avaliador: _____

Formação: _____

Área de Atuação: _____

APÊNDICE 3

Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 1.

GRUPO 1						
(Educação Infantil)	juiz 1	juiz 2	juiz 3	juiz 4	juiz 5	% I-CVI
1. Formatação						
Capa	5	5	5	4	3	80
Layout	5	4	5	4	3	80
Divisão	5	4	5	4	3	80
Tamanho da fonte	5	4	4	4	5	100
Tipo da fonte	5	4	5	4	5	100
Cores utilizadas	5	5	5	4	5	100
Qualidade das figuras	5	5	5	4	3	80
Legendas (quadros)	5	5	5	4	3	80
Quantidade de páginas	5	4	5	4	3	80
S-CVImédia						86,67
2. Ilustrações						
Didáticas	5	4	5	4	4	100
Necessárias	5	4	5	4	3	80
Composição visual	5	5	5	4	3	80
Atratividade	5	5	5	4	3	80
Organização	5	5	5	4	4	100
Quantidade	5	5	5	4	3	80
Adequação das ilustrações	5	5	5	4	4	100
S-CVImédia						88,57
3. Conteúdo						
Temas propostos	5	5	5	4	5	100
Textos compreensivos	5	5	5	4	4	100
Adequação das informações	5	4	5	4	4	100
Vocabulário claro e objetivo	5	5	5	4	3	80
Referências utilizadas	5	5	5	4	3	80
S-CVImédia						92
4. Motivação						
Título desperta interesse	5	4	5	4	3	80
Capa desperta interesse	5	4	5	4	3	100
Ilustrações e textos	5	4	5	4	4	100
S-CVImédia						90,00
5. Aplicabilidade						
Identificação do profissional	5	5	5	4	3	80
Aplicabilidade	5	5	5	4	3	80
S-CVImédia						80
S-CVI / AVE						100
S-CVImédia						87,45

Nota: I-CVI (*Level Content Validity Index*); S-CVI/AVE (*Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method*); S-CVI (*Scale-Level Content Validity*).

APÊNDICE 4

Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 2.

GRUPO 2						
(Alimentação Infantil)	juiz 6	juiz 7	juiz 8	juiz 9	juiz 10	% I-CVI
1. Formatação						
Capa	5	2	5	5	3	60
Layout	5	3	5	5	3	60
Divisão	5	4	5	5	3	60
Tamanho da fonte	4	3	5	5	4	80
Tipo da fonte	4	3	5	5	4	80
Cores utilizadas	5	3	5	5	3	60
Qualidade das figuras	5	1	4	5	3	60
Legendas (quadros)	5	2	5	5	4	80
Quantidade de páginas	5	3	5	5	3	60
S-CVImédia						66,67
2. Ilustrações						
Didáticas	5	3	5	5	3	60
Necessárias	5	2	4	5	4	80
Composição visual	5	2	4	5	4	80
Atratividade	5	2	4	5	3	60
Organização	5	2	5	5	4	80
Quantidade	5	4	5	5	4	80
Adequação das ilustrações	5	3	4	5	4	80
S-CVImédia						74,29
3. Conteúdo						
Temas propostos	5	4	5	5	4	100
Textos compreensivos	5	4	5	5	4	100
Adequação das informações	5	3	5	5	3	60
Vocabulário claro e objetivo	5	4	5	5	4	100
Referências utilizadas	5	5	5	5	4	100
S-CVImédia						92
4. Motivação						
Título desperta interesse	5	2	5	5	3	60
Capa desperta interesse	5	2	5	5	3	60
Ilustrações e textos	5	3	5	5	4	80
S-CVImédia						66,67
5. Aplicabilidade						
Identificação do profissional	5	3	5	5	4	80
Aplicabilidade	5	4	5	5	5	100
S-CVImédia						90
S-CVI / AVE						57,69
S-CVImédia						77,92

Nota: I-CVI (*Level Content Validity Index*); S-CVI/AVE (*Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method*); S-CVI (*Scale-Level Content Validity*).

APÊNDICE 5

Índice de Validade de Conteúdo (CVI), sobre os itens do caderno, entre juízes do Grupo 3.

GRUPO 3 (Psicologia)	juiz 11	juiz 12	juiz 13	juiz 14	juiz 15	% I-CVI
1. Formatação						
Capa	3	5	4	5	5	80
Layout	3	5	3	5	5	60
Divisão	4	5	4	5	5	100
Tamanho da fonte	5	4	2	5	5	80
Tipo da fonte	5	5	3	5	5	80
Cores utilizadas	3	5	3	5	5	60
Qualidade das figuras	3	5	2	5	5	60
Legendas (quadros)	4	5	3	5	5	80
Quantidade de páginas	5	5	4	5	5	100
S-CVImédia						77,77
2. Ilustrações						
Didáticas	4	5	4	5	5	100
Necessárias	5	5	4	5	5	100
Composição visual	4	5	3	5	5	80
Atratividade	4	5	4	5	5	100
Organização	3	5	3	5	5	80
Quantidade	4	5	4	5	5	100
Adequação das ilustrações	4	5	3	5	5	80
S-CVImédia						91,42
3. Conteúdo						
Temas propostos	5	5	5	5	5	100
Textos compreensivos	4	5	3	5	5	100
Adequação das informações	4	5	3	5	5	80
Vocabulário claro e objetivo	4	5	4	5	5	100
Referências utilizadas	3	5	4	5	5	80
S-CVImédia						92
4. Motivação						
Título desperta interesse	4	5	4	5	5	100
Capa desperta interesse	5	5	4	5	5	80
Ilustrações e textos	4	5	3	5	5	80
S-CVImédia						86,66
5. Aplicabilidade						
Identificação do profissional	4	5	4	5	5	100
Aplicabilidade	5	5	5	5	5	100
S-CVImédia						100
S-CVI / AVE						84
S-CVImédia						89,57

Nota: I-CVI (*Level Content Validity Index*); S-CVI/AVE (*Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method*); S-CVI (*Scale-Level Content Validity*).